

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS E COMÉRCIO
INTERNACIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SUZANA CECHINATO

EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES
AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS DA SERRA GAÚCHA
LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Monografia apresentada como requisito
para a obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Contábeis da Universidade de
Caxias do Sul

Orientador: Prof. Ms. Eduardo Tomedi
Leites

CAXIAS DO SUL

2012

SUZANA CECHINATO

**EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES
AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS DA SERRA GAÚCHA
LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Ms. Eduardo Tomedi Leites

Aprovada em 26 /11/2012

Banca Examinadora:

Presidente

Prof. Ms. Eduardo Tomedi Leites
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Examinadores:

Prof. Joel Borges Domingues
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Ms. Luciani da Silva Muniz
Universidade de Caxias do Sul – UCS

DEDICATÓRIA

A todos vocês que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, em especial a minha mãe Maria e meu noivo Adilson que muito contribuíram para que este trabalho atingisse seus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS por me dar coragem para enfrentar os obstáculos do dia-a-dia, por me dar força nos momentos difíceis, por me confortar nas horas tristes e por compartilhar as alegrias. Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Ms. Eduardo Tomedi Leites, pela sua competência e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Expresso meus agradecimentos também a minha mãe Maria, por me acompanhar e me encorajar por toda minha vida e ao meu noivo Adilson, pela compreensão e paciência me incentivando o tempo todo e por ser minha eterna companhia. Agradeço a todos os professores do curso por me mostrar que com dedicação e boa vontade é possível tornar-se um vencedor. Por fim, agradeço a todos os meus colegas e amigos da Universidade de Caxias do Sul, pelos momentos felizes que passamos juntos e que dessa convivência resultou em amizades que me acompanharão ao longo de minha vida. A todos, um muito obrigada!

PENSAMENTO

“As nuvens mudam sempre de posição, mas são sempre nuvens no céu. Assim devemos ser todo dia, mutantes, porém leais com o que pensamos e sonhamos; lembre-se, tudo se desmancha no ar, menos os pensamentos”.

Paulo Beleki

RESUMO

A preocupação com o meio ambiente vem aumentando significativamente a cada dia, não só pela falta de conscientização, responsabilidade e degradação ao meio ambiente, mas também pela forma como as empresas divulgam os impactos ambientais que são causados pela prática de suas atividades. A Contabilidade é considerada uma das principais ferramentas de gestão, para contribuir nesse processo de gestão ambiental, auxiliando para que os gestores tomem medidas adequadas para a preservação do meio ambiente. Em uma sociedade que se fundamenta na transparência, na responsabilidade social e na Governança Corporativa, entende-se ser necessário conhecer como as empresas estão evidenciando as informações ambientais. Neste sentido, o presente estudo tem o objetivo de verificar se as empresas da Serra Gaúcha listadas na BM&FBOVESPA, Seguidoras das Práticas de Governança Corporativa evidenciam em seus relatórios e nas demonstrações contábeis as informações de cunho ambiental. Desse modo, para a coleta dos dados, foram analisadas as demonstrações contábeis, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório de Sustentabilidade, o *site* das empresas, da BM&FBOVESPA e da CVM. Os dados apresentados foram extraídos do Relatório de Sustentabilidade, do Balanço Social, do Relatório da Administração e do *site* das empresas, pois nas demais demonstrações não foram encontradas nenhuma informação relacionada ao meio ambiente. Após a análise dos dados, concluiu-se que as empresas enfatizam sua imagem divulgando essas informações demonstrando um retrato positivo perante a sociedade, seja com a intenção de amenizar os impactos ambientais ou por questão de *marketing*, para obterem vantagem em relação a concorrência.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Contabilidade Ambiental. Evidenciação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura do Funcionamento da Governança Corporativa	21
Figura 2: Classificação dos Custos	43
Figura 3: Modelo de Balanço Social de acordo com o IBASE:.....	52

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Benefícios da Governança Corporativa.....	18
Quadro 2: Resumo das Melhores Práticas de Governança Corporativa.....	20
Quadro 3: Comparativo dos Segmentos de Listagem.....	26
Quadro 4: Características da Informação Contábil.....	35
Quadro 5: Razões para divulgar e não divulgar informações ambientais voluntariamente.....	44 44
Quadro 6: Pronunciamentos referentes ao <i>disclosure</i> ambiental.....	45
Quadro 7: Pesquisas Ambientais.....	55
Quadro 8: Pesquisas Ambientais Internacionais.....	56
Quadro 9: Apresentação das Empresas.....	57
Quadro 10: Políticas Ambientais.....	58
Quadro 11: Sistemas de Gerenciamento Ambiental.....	62
Quadro 12: Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente.....	62
Quadro 13: Informações Financeiras Ambientais.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*
BM&BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BS – Balanço Social
BVRIO – Bolsa Verde do Rio de Janeiro
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos
CPDL – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Lupatech
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
CVM) – Comissão de Valores Mobiliários
ETE – Estação de Tratamento de Efluentes
FASB – *Financial Accounting Standards Board*
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos
GLP – Gás Liquefeito de Petróleo
GRI – *Global Reporting Initiative*
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
NBCT – Norma Brasileira de Contabilidade
NBR – Norma Brasileira
NPA – Norma e Procedimento de Auditoria
NPC – Norma e Procedimento Contábil
ON – Ações Ordinárias
PN – Ações Preferenciais
SFAC – *Statemnts of Financial Accounting Concepts*
SITEL – Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	12
1.2	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	13
1.3	Objetivo geral	14
1.3.1	Objetivos específicos	14
1.4	METODOLOGIA	14
1.5	ESTRUTURA DO ESTUDO	14
2	GOVERNANÇA CORPORATIVA	17
2.1	BENEFÍCIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	18
2.2	AGREGAÇÕES DE VALOR ATRAVÉS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	19
2.3	O INSTITUTO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	19
2.4	GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL	21
2.5	CONTRIBUIÇÕES DA BM&FBOVESPA À APLICABILIDADE DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	22
2.6	NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	23
2.6.1	Nível 1	23
2.6.2	Nível 2	23
2.6.3	Novo mercado	24
2.6.4	Bovespa mais	24
2.6.5	Diferenças entre os Segmentos de Listagem conforme a BM&FBOVESPA (2012)	25
3	EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL	27
3.1	FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO	29
3.1.1	Forma e Apresentação das Demonstrações Contábeis	30
3.1.2	Informações entre Parênteses	31
3.1.3	Notas Explicativas	31
3.1.4	Demonstrativos e quadros suplementares	32
3.1.5	Relatório de Auditoria	33
3.1.6	Relatório da Administração	33
3.1.7	Padrão de divulgação da evidenciação contábil	34
3.2	TEORIA DA DIVULGAÇÃO	36
4	CONTABILIDADE AMBIENTAL	37
4.1	NATUREZA CONTÁBIL DAS CONTAS AMBIENTAIS	38
4.1.1	Ativo Ambiental	38

4.1.2	Passivo Ambiental	39
4.1.3	Receita Ambiental	40
4.1.4	Perdas ambientais	41
4.1.5	Custos e Despesa Ambiental	42
4.2	EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	43
4.2.1	Normas de Evidenciação Ambiental Estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)	45
4.2.1.1	CFC – Resolução nº 1.003/2004	45
4.2.1.2	IBRACON - NPA 11 - Balanço e Ecologia	46
4.2.1.3	CVM – Parecer de Orientação Nº 15/1987	48
4.2.1.4	CPC 25 – Comitê de Pronunciamentos Técnicos.....	48
4.3	CONTEÚDO DA EVIDENCIAÇÃO	49
4.4	FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL	50
4.4.1	Balanço Social e Ambiental	50
4.4.2	Objetivos do Balanço Social e Ambiental	51
4.4.3	O Modelo IBASE	51
4.4.4	Modelo da GRI	54
4.5	PESQUISAS NACIONAIS REALIZADAS SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL	54
4.6	PESQUISAS INTERNACIONAIS REALIZADAS SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL	56
5	ESTUDO SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL	57
5.1	COLETA E LEVANTAMENTO DE DADOS	57
5.2	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	58
5.2.1	Políticas ambientais	58
5.2.2	Sistemas de gerenciamento ambiental	61
5.2.3	Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	62
5.2.4	Informações financeiras ambientais	67
6	CONSIDERAÇÕES FINAISERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.	
	REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A Terra vem sofrendo uma grande e rápida transformação. Os recursos naturais, antes abundantes e inesgotáveis, tornam-se cada vez mais escassos. A partir do momento em que o homem deixou de ser nômade e fixou-se em uma determinada região, passou a preocupar-se com a manutenção dos recursos naturais e de como manter uma infraestrutura adequada para a população (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

A sociedade não se preocupava em preservar os recursos naturais e os utilizavam como fonte inesgotável de matéria prima, não se preocupando em preservar ou recuperar os recursos que por ela eram utilizados. Sem responsabilidade ambiental, os resíduos poluentes eram descartados de forma inconsequente, prejudicando assim o meio ambiente sem que fosse realizado qualquer tipo de ação que pudesse amenizar os danos por ele causados.

Com o efeito dessas agressões, a sociedade passou a cobrar das empresas e do governo um maior comprometimento com o meio ambiente. No entanto, as empresas começaram a agir em relação à proteção ambiental investindo em procedimentos que reduzam os impactos que a realização de suas atividades causa ao meio ambiente e a sociedade.

O aumento da preocupação com a preservação ambiental, também reflete nas informações que são divulgadas, já que as empresas devem informar aos usuários sua conduta em relação ao meio ambiente.

Segundo Aligleri e Kruglianskas (2009, p. 30):

Os problemas socioambientais não devem ser tratados isoladamente ou classificados como aqueles que estão fora ou dentro das empresas. Isso porque as organizações são cada vez mais pressionadas para olhar o impacto de suas operações para além das suas paredes institucionais, sob o risco de serem questionadas e cobradas pela estreita visão sistêmica.

Dentro desse contexto, entende-se que a contabilidade pode ser vista como um importante instrumento para controlar e proporcionar melhores decisões sobre as atividades da empresa.

Justifica-se por esse estudo a necessidade de verificar como as empresas da Serra Gaúcha listadas na BM&FBOVESPA, seguidoras das Práticas de Governança Corporativa estão evidenciando as informações ambientais e as práticas adotadas em benefício ao meio ambiente, tornando-se importante tanto para fins científicos como profissionais, pois qualquer atuação realizada em relação à questão ambiental interfere diretamente na área social, tendo consciência de que um controle mais eficaz dos processos poluidores proporciona uma melhor qualidade de vida para a sociedade como um todo. Para o âmbito acadêmico, acredita-se ser importante por oferecer maior conhecimento e ampliar o senso de responsabilidade e comprometimento em relação ao meio ambiente.

1.2 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A cada dia torna-se mais importante à transparência e clareza das informações ambientais praticadas pelas empresas, não bastando apenas fazer algo em prol do meio ambiente, é necessário tornar o fato disponível nos registros contábeis. Tais registros servem de base para a tomada de decisões dos *stakeholders*¹, e a todos os interessados que desejam conhecer as ações que as empresas desenvolvem para amenizar o impacto ambiental exercida por sua atividade produtiva.

Em uma sociedade que se fundamente na transparência, na responsabilidade social, na Governança Corporativa e nos atributos da *accountability*², precisa-se conhecer como as empresas estão evidenciando as informações ambientais.

Diante do exposto, esse tema foi escolhido para ser foco da pesquisa proposta. Para atingir esse objetivo, procura-se responder a seguinte questão: As empresas da Serra Gaúcha listadas na BM&FBOVESPA, seguidoras das Práticas de Governança Corporativa evidenciam informações ambientais em seus relatórios e nas demonstrações contábeis?

¹ *Stakeholders*: todas as partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de Governança Corporativa executadas pela empresa.

² *Accountability*: responsabilidade

1.2.1 Objetivo geral

Verificar se as empresas da Serra Gaúcha listadas na BM&FBOVESPA, Seguidoras das Práticas de Governança Corporativa evidenciam em seus relatórios e nas demonstrações contábeis informações de cunho ambiental.

1.2.2 Objetivos específicos

Visando alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Levantar o referencial teórico relacionado ao tema: Governança Corporativa, Contabilidade Ambiental, e evidenciação das informações Ambientais;
- b) Realizar a pesquisa documental, obter e explorar os Relatórios e Demonstrações Contábeis, disponibilizados nos endereços eletrônicos no *site* das empresas selecionadas;
- c) Identificar quais os métodos utilizados pelas empresas selecionadas para evidenciar as informações socioambientais;
- d) Analisar as informações ambientais disponibilizadas nos Relatórios e nas Demonstrações Contábeis das empresas selecionadas.

1.3 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como documental. A partir de levantamentos dos assuntos relacionados ao tema a ser pesquisado, buscar-se-á evidenciar os diversos aspectos que devem ser considerados na evidenciação das informações de cunho socioambiental por parte das empresas caxienses.

Beuren (2010, p. 89) explica que, “[...] a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Segundo Silva e Grigolo (2002) acrescentam que:

A pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam uma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva, onde será descrito e analisado o conteúdo das Demonstrações e Relatórios, disponibilizados pelo *site* da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&BOVESPA) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Conforme Koche (2010, p. 124), “[...] na pesquisa descritiva não há manipulação *a priori* das variáveis. É feita a constatação de sua manifestação *a posteriori*”.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa. Richardson (1999, p. 80) menciona que “[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a intervenção de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Beuren (2010, p. 93) ressalta que “[...] na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que esta sendo estudado”.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

O estudo está estruturado em capítulos para um melhor entendimento. No primeiro capítulo está introduzido o tema, sua importância, os objetivos e a estrutura do estudo em questão.

No segundo capítulo são apresentados os aspectos teóricos sobre a Governança Corporativa e a estruturação de seus segmentos especiais de listagem, objetivando demonstrar a importância da adoção de boas práticas de Governança Corporativa e seu grau de transparência.

No terceiro capítulo são apresentados os aspectos teóricos da evidênciação.

No quarto capítulo será abordada a Contabilidade Ambiental e seu papel na geração de informações ambientais, evidenciação ambiental e as suas formas, objetivando demonstrar a importância da evidenciação das informações de cunho socioambiental para as empresas em questão.

No quinto capítulo será apresentado o estudo realizado nos relatórios disponíveis no *site* de cada empresa, desenvolvendo um comparativo entre os mesmos destacando as informações evidenciadas das empresas selecionadas para este estudo.

No sexto e último capítulo será apresentada a conclusão obtida referente ao estudo.

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa surgiu na primeira metade dos anos 90 nos EUA, através da percepção dos acionistas para a criação de novas regras que os protegessem dos abusos da diretoria executiva das empresas, erros estratégicos e fraudes, com o intuito de criar um conjunto eficiente de mecanismos, a fim de garantir que o comportamento dos executivos esteja sempre alinhado com os interesses dos acionistas, na tentativa de superar o “conflito da agência”, decorrente da separação entre a propriedade e a gestão empresarial. (IBGC 2012).

Conforme Silva (2005, p.13):

A Governança Corporativa surge no contexto da ética pessoal e empresarial e se refere a um conjunto de ações através das quais “as sociedades são dirigidas e monitoradas”, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC 2012) “[...] a Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, conselho da administração, diretoria e órgãos de controle”.

Oliveira (2006, p.17), define a Governança Corporativa como:

O conjunto de práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas – com seus negócios, produtos e serviços – ao proteger, de maneira equitativa, todas as partes interessadas – acionistas, clientes, fornecedores, funcionários e governo – facilitando o acesso às informações básicas e melhorando o modelo de gestão.

Na perspectiva de Andrade e Rossetti (2009, p. 26), a Governança Corporativa “[...] é um dos instrumentos determinantes do desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões – econômica, ambiental e social”.

Entende-se que seguindo as boas práticas de Governança Corporativa, a empresa tende a beneficiar-se tanto no mercado desenvolvido, quanto no mercado em desenvolvimento por torna-se mais transparente perante seus acionistas e funcionários, demonstrando segurança a todos os envolvidos e que seguindo essas regras, garanta que não haja desordem.

2.1 BENEFÍCIOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Entende-se que a Governança Corporativa proporciona melhorias no desempenho das empresas através de um desenvolvimento econômico e sustentável, por isso, julga-se importante ter a presença de conselheiros com alta qualificação, além de um sistema de Governança de alta qualidade que garanta o bom gerenciamento da organização resultando em um aumento de seu valor de mercado, evitando-se assim o fracasso das empresas em decorrência de abusos de poder e fraudes. No Quadro 1, podem ser verificados os benefícios na adoção das boas práticas de Governança Corporativa na entidade.

Quadro 1: Benefícios da Governança Corporativa

Benefícios	Descrição
Benefícios Internos	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento da gestão e do sistema de tomada de decisão; • Qualidade dos relacionamentos da organização com seus diversos públicos.
Benefícios Externos	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso aos recursos financeiros, humanos, tecnológicos, e outros.
Benefícios Internos e Externos	<ul style="list-style-type: none"> • Separação clara de papéis entre sócios, conselheiros e executivos; • Aprimoramento do processo decisórios da alta gestão – etapas de iniciação, ratificação, implementação e monitoramento; • Aprimoramento dos mecanismos de avaliação de desempenho e recompensa dos executivos; • Diminuição da probabilidade de ocorrência de fraudes – gerenciamento de riscos; • Maior institucionalização e melhor imagem da organização.

Fonte: Adaptado pela autora de Andrade e Rossetti (2009).

Analisando o Quadro 1, percebe-se que os benefícios adquiridos com a adoção das práticas de Governança Corporativa permitem uma melhor administração em benefício de todos os acionistas e daqueles que lidam com a empresa, não se limitando somente à proteção do acionista minoritário, mas a servir a empresa como um todo.

2.2 AGREGAÇÕES DE VALOR ATRAVÉS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa trata das relações entre os acionistas e o Conselho de Administração, no sentido de o gerenciamento da organização resultar em aumento do seu valor de mercado (RODRIGUES, 2004, p.113).

De acordo com Rodrigues (2004, p.122):

A Governança Corporativa tem como objetivo, incrementar seu valor de mercado através da execução de procedimentos e atividades que os acionistas estabelecem para o Conselho e diretoria da organização. As empresas com elevados padrões técnicos e éticos de Governança Corporativa valem mais do que aquelas que não se reocupam com esse aspecto fundamental para sua gestão.

A gestão estratégica da organização, exercida pela diretoria da Companhia, define um plano para a longevidade e lucratividade da organização em um horizonte de longo prazo, que consideram pesquisas, análises, seleção de executivos, execução de projetos e alianças estratégicas. Para isso, a Governança Corporativa deve estar alinhada com os interesses dos acionistas, e compatíveis com os interesses e expectativas de funcionários, clientes, fornecedores, credores e comunidade em que a empresa opera (SILVA, 2006).

Rodrigues (2004, p. 122) entende que a Governança Corporativa tem como objetivo, incrementar seu valor de mercado através da execução de procedimentos e atividades que os acionistas estabelecem para o Conselho e diretoria da organização.

Entende-se que as empresas com elevados padrões técnicos e éticos de Governança Corporativa valem mais do que aquelas que não se preocupam com esse aspecto fundamental para sua gestão.

2.3 O INSTITUTO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é uma organização exclusivamente dedicada à promoção da Governança Corporativa no Brasil e o principal fomentador das práticas e discussões sobre o tema no País, tendo alcançado reconhecimento nacional e internacional.

Fundado em 27 de novembro de 1995, o IBGC – uma sociedade civil de âmbito nacional, sem fins lucrativos – tem o propósito de "ser a principal referência nacional em Governança Corporativa; desenvolver e difundir os melhores conceitos e práticas no Brasil, contribuindo para o melhor desempenho das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade mais justa, responsável e transparente". (IBGC, 2012)

O IBGC é responsável pela elaboração do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Atualmente o Código divide-se em: "Propriedade, Conselho da Administração, Gestão, Auditoria Independente, Conselho Fiscal e Conduta e Conflito de Interesses". (IBGC, 2012, p. 2)

No Quadro 2, pode-se verificar o resumo das melhores práticas de Governança Corporativa.

Quadro 2: Resumo das Melhores Práticas de Governança Corporativa

Divisão	Descrição
Propriedade	Cada sócio é um proprietário da organização, na proporção de sua participação no capital social, leva em conta o modo e a forma de como os direitos e poderes dos acionistas são exercidos.
Conselho de Administração	Principal componente do sistema de governança tem a função de avaliar o funcionamento e o desempenho do conselho.
Gestão	Atua como elo entre a Diretoria e o Conselho de Administração, analisa como a direção da organização exerce seus papéis.
Auditoria Independente	Verifica se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade
Conselho Fiscal	Visa agregar valor para a organização, sendo visto como um controle independente para os sócios.
Conduta e Conflito de Interesses	Define responsabilidades sociais e ambientais, deve refletir a cultura da empresa e enunciar, com total clareza, os princípios em que está fundamentado.

Fonte: Adaptado pela autora de Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (2012)

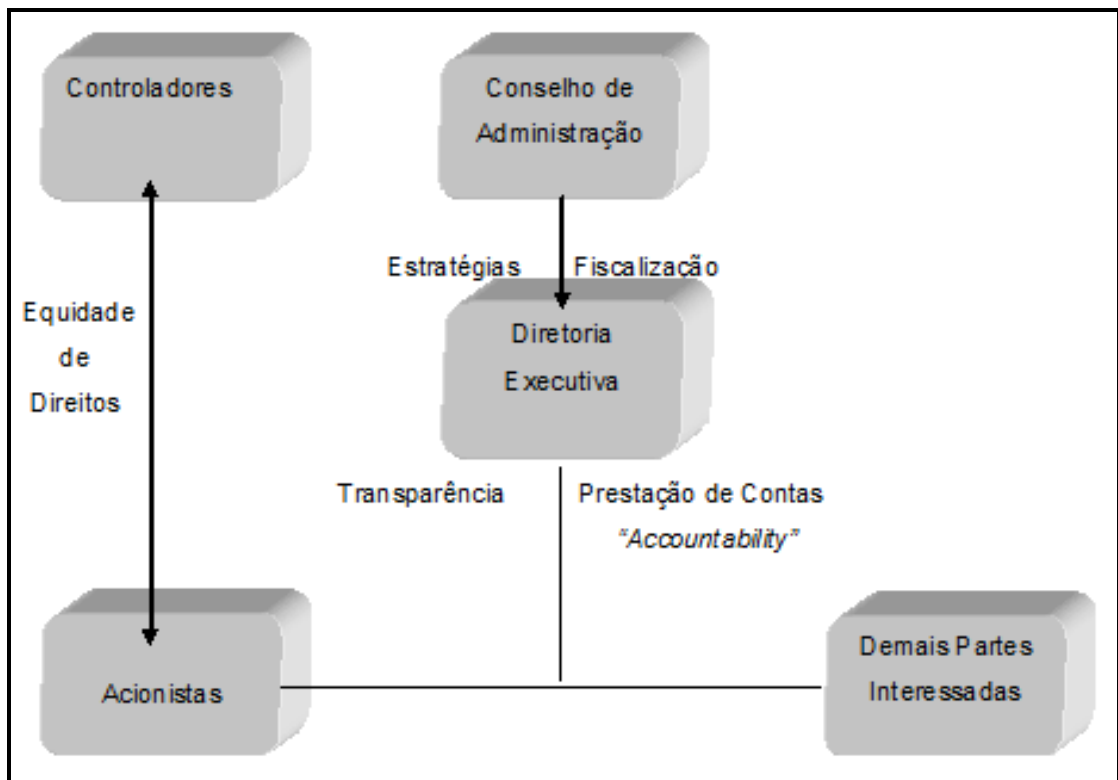
Acredita-se que as práticas de Governança Corporativa contribuem para um desenvolvimento econômico sustentável proporcionando melhorias no desempenho

das empresas, por isso, julga-se importante ter conselheiros bem qualificados e um sistema de Governança de alta qualidade para que fracassos possam ser evitados.

2.4 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

De acordo com o IBGC (2012), no Brasil, os conselheiros profissionais e independentes surgiram em resposta ao movimento pelas boas práticas de Governança Corporativa e a necessidade das empresas modernizarem sua alta gestão, visando tornarem-se mais atraentes no mercado. Na Figura 1 pode-se verificar a estrutura de funcionamento da Governança Corporativa.

Figura 1: Estrutura do Funcionamento da Governança Corporativa



Fonte: Adaptado pela autora do site IBGC (2012)

Em 1999, com a necessidade de adoção das boas práticas de Governança Corporativa, foi publicado o primeiro código sobre Governança Corporativa, elaborado pelo IBGC, trazendo informações sobre o conselho de administração e sua conduta esperada, contendo os seguintes princípios básicos:

- a) tratamento equânime dos acionistas: tratamento justo e igual a todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), ou seja, qualquer atitude ou prática discriminatória é totalmente inaceitável;
- b) prestação de contas (*accountability*): quem receber um cargo deverá prestar contas de todos os seus atos a quem os elegeu, respondendo integralmente pelos atos praticados no exercício de seus mandatos;
- c) divulgação e transparência (*disclosure*): além de divulgar as informações que são obrigatórias por lei devem-se disponibilizar aos interessados todas as informações que sejam de seu interesse, pois a total transparência resulta em uma maior confiança por parte dos *stakeholders*;
- d) responsabilidade corporativa: os conselheiros deverão zelar pela sustentabilidade das organizações, tendo visão de longo prazo e considerações de ordem social e ambiental.

De acordo com o IBGC (2012) com a publicação do primeiro código sobre Governança Corporativa, no ano de 2001, houve a reformulação da Lei das Sociedades Anônimas. Em 2002 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), lançou a cartilha sobre o tema governança relacionado os documentos focados nos administradores, conselheiros, acionistas controladores e minoritários e auditores independentes, com o objetivo de orientar sobre as questões que afetam o relacionamento entre os já citados.

Conforme os princípios básicos de Governança Corporativa entende-se que todos os acionistas deverão receber tratamento de forma igual, sendo que nenhum deles poderá sofrer qualquer tipo de discriminação, ao assumir algum cargo, deverá prestar contas de todos seus atos praticados em prol da entidade, demonstrando suas ações com transparência para que o resultado seja um grau maior de confiança por parte de todos os usuários.

2.5 CONTRIBUIÇÕES DA BM&FBOVESPA À APLICABILIDADE DAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Segundo o IBGC (2012), com o objetivo de estimular o interesse dos investidores e a valorização das empresas listadas, a BM&FBOVESPA contribuiu para a aplicabilidade das práticas de Governança Corporativa, em dezembro de 2000 lançando segmentos especiais de listagem, segmentos estes, destinados a

empresas com padrões superiores de Governança Corporativa. Além do mercado tradicional, passaram a existir mais três segmentos diferenciados de Governança: Nível 1, Nível 2 o Novo mercado e o Bovespa Mais.

Entende-se que os segmentos de listagem foram desenvolvidos com o propósito de aumentar as negociações, o interesse de investidores com o objetivo de maior liquidez ao mercado, assegurando a implementação voluntária das práticas de boa governança por parte das empresas de capital aberto.

Andrade e Rossetti (2009, p. 440) salientam que: “o ponto chave exigido para listagem das empresas nesses segmentos diferenciados é a maior proteção e, como decorrência esperada, a maior presença do investidor minoritário no mercado”.

2.6 NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.6.1 Nível 1

Conforme a BM&FBOVESPA (2012), classificam-se nesse Nível as empresas que tem ações preferenciais na sua estrutura acionária. O Nível 1 exige que as empresas adotem práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso, devem divulgar informações adicionais.

O Nível 1 juntamente com as obrigatórias, como relatórios financeiros, informações sobre negociações, efetuados por diretores, executivos e acionistas controladores e sobre operações com partes relacionadas. As companhias listadas nesse segmento devem manter um *free float*³ de no mínimo de 25%. Caracteriza-se como nível de menor comprometimento com regras de Governança Corporativa.

2.6.2 Nível 2

Conforme a BM&FBOVESPA (2012), classificam-se nesse Nível as empresas que tem ações preferenciais em sua estrutura acionária. Além das obrigações contidas no Nível 1, o Nível 2 adota um conjunto mais amplo de práticas de Governança e de direitos adicionais para os acionistas minoritários, exige também

³ *Free float*: ações em circulação

que as companhias aceitem e cumpram todas as obrigações previstas no regulamento do Novo Mercado, com algumas exceções.

As empresas listadas no Nível 2 têm o direito de manter ações preferenciais (PN). No caso de controle da empresa, é assegurado aos detentores de ações preferenciais o direito de *tag along*⁴ de no mínimo de 80% do preço pago pelas ações ordinárias do acionista controlador. Nesse nível, as ações preferenciais ainda dão direito de voto dos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a companhia, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas. Caracteriza-se como um envolvimento intermediário.

2.6.3 Novo mercado

Conforme a BM&FBOVESPA (2012), trata-se do mais elevado padrão de Governança Corporativa. As companhias no Novo Mercado só podem emitir ações com direito a voto, as chamadas ações ordinárias (ON). Este segmento de listagem requer um percentual mínimo de 25% de *free float*.

Por se tratar de uma mudança relevante nas estruturas de capital das companhias, é mais comum que as empresas que decidem abrir seu capital, já tomem essa decisão de integrar o segmento especial de listagem do Novo Mercado durante esse processo. Representa a adoção de 100% das regras.

2.6.4 Bovespa mais

De acordo com a BM&FBOVESPA, este segmento de listagem foi idealizado para tornar o mercado de ações brasileiro acessível a um número maior de empresas, especialmente àquelas que desejam entrar no mercado aos poucos, como as empresas de pequeno e médio porte, que enxergam o mercado como uma importante fonte de recursos e que buscam adotar diferentes estratégias de ingresso

⁴ *Tag along*: mecanismo aplicável em casos de venda de controle. Significa o direito de todos os acionistas venderem suas ações ao comprador do controle, em conjunto com o vendedor do controle.

no mercado de ações: captação de menores volumes; aumento de exposição junto ao mercado para criar valor e realização de distribuições mais concentradas.

As empresas listadas no Bovespa Mais tendem a atrair investidores que visualizem nelas um potencial de desenvolvimento mais acentuado, quando comparadas com empresas listadas no mercado principal. As regras de listagem do Bovespa Mais são semelhantes às do Novo Mercado e, da mesma forma, as empresas nele listadas assumem compromissos de elevados padrões de Governança Corporativa e transparência com o mercado.

Segundo a BM&FBOVESPA (2012), as regras mais rígidas para as empresas reduzem o risco dos investidores que decidem serem sócios destas empresas, graças aos direitos e garantias asseguradas aos acionistas e às informações mais completas divulgadas, que reduzem as assimetrias de informações entre acionistas controladores, gestores da companhia e os participantes do mercado.

2.6.5 Diferenças entre os Segmentos de Listagem conforme a BM&FBOVESPA (2012)

Os segmentos de listagem foram desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimule o interesse dos investidores e a valorização das companhias, descritos a seguir.

O Nível 1, contempla apenas regras de transparência e de dispersão acionária estabelecidas no Novo Mercado e no Nível 2, com exceção da obrigação de divulgação de demonstrativos financeiros em padrão internacional;

O Nível 2, contempla tanto regras de transparência e de disposição acionária quanto regras de equilíbrio de direitos entre acionistas e controladores minoritários, e a possibilidade das Companhias pertencentes a este nível ter ações preferenciais na sua estrutura de capital;

O Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente com a adoção de práticas de Governança Corporativa adicionais além do que é exigido pela regulamentação brasileira e seu capital é composto somente por ações ordinárias.

No Quadro 3 são apresentadas as exigências para a adesão de cada um dos segmentos de listagem.

Quadro 3: Comparativo dos Segmentos de Listagem

Ações Emitidas	Tradicional	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado	Bovespa Mais
Ações	Ações ON e PN com direitos adicionais			Somente ações ON	Somente ações ON podem ser negociadas, permite existência de PN
Free Float Mínimo	Não há regra	No mínimo 25% de <i>Free Float</i>			25% de <i>free float</i> até o 7º ano de listagem, ou condições mínimas de liquidez
Distribuição pública de ações	Não há regra	Esforços de dispersão acionária			Não há regra
Vedação a disposições estatutárias	Não há regra		Limitação de voto inferior a 5% do capital		Não há regra
Composição do Conselho da Administração	Mínimo 3 membros conforme legislação	Mínimo 5 membros sendo 20% independentes com mandato unificado de até 2 anos			Mínimo 3 membros conforme legislação
Vedação a cumulação de cargos	Não há regra	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa, carência de 3 anos a partir da adesão			Não há regra
Obrigação do Conselho da Administração	Não há regra		Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações.		Não há regra
Demonstrações Financeiras	Conforme Legislação		Traduzidas para o inglês		Conforme Legislação
Reunião pública anual e calendário de eventos corporativos	Facultativo	Obrigatório			Facultativo
Divulgação adicional de informações	Não há regra	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta			Não há regra
Concessão de Tag Along	80% para ações ON conforme legislação		100% de ações ON e PN	100% para ações ON	
Oferta pública de aquisição de ações	Conforme legislação		Obrigatório em caso de fechamento de capital ou saída do segmento		
Oferta pública de aquisição de ações	Facultativo		Obrigatório		

Fonte: Adaptado pela autora de BM&FBOVESPA (2012)

No quadro 3, verifica-se as diferenças entre os níveis de Governança Corporativa, sendo possível fazer a comparação entre elas.

3 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

O termo evidenciação é utilizado de uma forma ampla pela Contabilidade. A CVM (2012), em sua Deliberação nº 29, de 05 de fevereiro de 1986, afirma que “a Contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

Segundo o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), as informações contábeis devem evidenciar informações relevantes, sem exageros que poderiam ofuscar e confundir quem as estivesse analisando (IUDÍCIBUS, 2000, p. 117).

Dantas, Zendersky e Niyama (2004), ressaltam que para alcançar a transparência desejada com o *disclosure*, à entidade precisa divulgar informações qualitativas e quantitativas possibilitando assim que o usuário forme seu próprio entendimento das atividades desenvolvidas e dos seus riscos, cumprindo aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância indispensáveis.

Oliveira (1998, p.16), ressalta que “[...] o conhecimento é fator primordial para que se possa tomar alguma decisão. Esse conhecimento se dá através de informações e da forma pela qual elas são evidenciadas”.

Na concepção de Dong e Stettler (2011), evidenciar satisfaz a necessidade de informações de diversos usuários, pois demonstra aos interessados informações que podem auxiliar no desempenho da entidade e na prevenção de possíveis riscos associados.

De acordo com Aquino e Santana (1992, p.1):

Evidenciar é tornar evidente, mostrar com clareza e que evidente é aquilo que não oferece dúvida, que se compreende prontamente. Talvez pudéssemos unir essas conceituações e dizer que evidenciação significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado.

De acordo com os autores, entende-se que a evidenciação contábil se refere às informações que a empresa disponibiliza através das demonstrações e relatórios contábeis. Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 256), o objetivo da evidenciação contábil é:

O de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os *stakeholders*, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos.

Silveira e Borba (2007, p. 138) ressaltam que “a importância da Evidenciação Contábil é inerente à própria Contabilidade no sentido de demonstrar a situação patrimonial de uma entidade”. De acordo com Paiva (2003, p. 55):

[...] cabe à Contabilidade o papel de reportar as atividades da empresa por meio dos demonstrativos publicados, relatando inclusive os principais fatos não evidenciáveis nos demonstrativos tradicionais. Para tal, pode lançar mão de administração, ou fazer uso de recursos, como gráficos, tabelas e outros instrumentos que se fizerem necessários [...].

Iudícibus (2000, p. 117), ressalta a relação entre a evidenciação e a convenção da materialidade:

Todas as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários. O contador, ao preparar os demonstrativos para a publicação, precisa perceber que esses demonstrativos são o mais evidente processo de comunicação com o usuário externo.

Segundo Louzada (2004, p.19), “[...] o processo de comunicar implica no reconhecimento dos tipos de informações necessárias aos usuários da informação contábil e a avaliação da sua habilidade em interpretar adequadamente a informação”. Iudícibus (2000, p. 118) destaca que:

A habilidade de análise da informação contábil deve ser do contador ou de um profissional preparado, os relatórios contábeis devem ser preparados tendo em vista ser analisados por indivíduos com conhecimento bastante avantajado dos procedimentos e das normas contábeis, os quais interpretarão e traduzirão em termos mais simples o que dizem os demonstrativos para seus clientes.

Ou ainda que, “[...] a interpretação dos demonstrativos contábeis é tarefa única e exclusivamente reservada aos *experts* em Contabilidade e Finanças, que deveriam ser os intermediários entre as empresas e os donos de recursos, assessorando estes últimos nas análises” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 117).

Procianoy e Rocha (2002, p. 1) explicam que “[...] as decisões de investimento são tomadas pelos investidores de acordo com a quantidade e qualidade de informações a respeito das empresas disponíveis a eles e ao mercado financeiro como um todo”.

Em conformidade com De Luca (1998, p. 19) para que isso aconteça,

A empresa precisa que seus demonstrativos sejam transparentes e tenham intuito de fornecer informações à sociedade sobre a utilização de recursos humanos, naturais, financeiros, tecnológicos e outros que pertencem à própria sociedade (direta ou indiretamente) é o mínimo que as empresas devem fazer para merecer o respeito e a credibilidade necessários a continuidade de suas operações.

Para Teixeira, Fortunato e Aquino (2004, p. 13), “[...] esse processo de manter uma boa comunicação com o mercado eleva a qualidade do mercado de capitais e o benefício adquirido seria sentido por todos os agentes da cadeia de informação”.

3.1 FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO

Os métodos de divulgação não se resumem apenas às demonstrações contábeis, mas informações relevantes podem ser apresentadas através do Relatório da Administração, em Notas Explicativas, boletins, reuniões com acionistas, entre outros. Mais importante que o método de divulgação, é a decisão acerca do que deve ser divulgado e sua tempestividade (BUENO, 1999).

De acordo com Ludícius (1997) e Hendriksen e Van Breda (1999), a evidenciação contábil pode ser apresentada de diversas formas:

- a) forma e apresentação das demonstrações contábeis;
- b) informações entre parênteses;
- c) notas explicativas;
- d) quadros e demonstrativos suplementares;
- e) relatório de auditoria;
- f) relatório da administração.

3.1.1 Forma e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (2012), em sua Norma e Procedimento Contábil (NPC) nº 27, salienta que as demonstrações contábeis são aquelas destinadas a atender às necessidades dos usuários que não estejam em condições de exigir relatórios adaptados para atender às suas necessidades específicas de informação, tendo por objetivo fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, sendo úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões, fornecendo informações sobre ativos, passivos, patrimônio líquido, despesas, receitas, ganhos e perdas e fluxo financeiro.

Segundo Sá (1998, p.124):

[...] extensa é a terminologia contábil, e seus conceitos, porém não devem ser tão genéricos que façam perder o sentido para o qual existe nem tão específico que deixe de incluir elementos que devem estar compreendidos dentro do conjunto de idéias que se deseja expressar sobre fatos patrimoniais, através de um nome.

De acordo com a Deliberação da CVM nº 539 de 14 de março de 2008, as demonstrações contábeis incluem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; Notas Explicativas e Demonstrações Suplementares, sendo aplicáveis às entidades comerciais, industriais e prestadoras de serviços, públicas ou privadas.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), o emprego correto de termos contábeis e a detalhada apresentação das informações, contribuem para um melhor entendimento dos usuários, das informações divulgadas.

Os autores ainda destacam que se deve ter cuidado com a utilização de termos técnicos, para que os mesmos não confundam os usuários da informação contábil prezando-se assim pela utilização de termos que sejam conhecidos pelos usuários das informações e que cujo significado seja preciso para que facilitem o entendimento de todos os usuários (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

3.1.2 Informações entre Parênteses

Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam que a contabilidade pode utilizar-se dessa forma de evidenciação quando o título utilizado na definição de determinado item contábil não for suficientemente esclarecedor ou autoexplicativo.

Podem ser utilizadas também no corpo das demonstrações tradicionais, apresentando dados não quantitativos, sendo a indicação de algum procedimento ou método específico de avaliação adotado, características especiais que fazem que um determinado item tenha maior importância relativa frente aos demais, uso de avaliações alternativas como, por exemplo, custo de reposição dos estoques, referências a possíveis informações correlacionadas, que constam em outras demonstrações ou outras partes do relatório. Esta forma de evidenciação deverá ser curta e clara, e para que isso ocorra é necessário conhecer a real utilidade dessa informação, do contrário poderá vir a prejudicar a informação contida na disposição principal (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

3.1.3 Notas Explicativas

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, art. 176, § 4º – Lei das Sociedades Anônimas – “[...] as demonstrações serão complementares por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”. Dispõem ainda que, as Notas Explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.

Segundo a Revista Simonsen (2012), as notas explicativas são a forma mais conhecida de evidenciação, pois são destinadas a evidenciar informações que não podem ser apresentadas no corpo das demonstrações contábeis.

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBCT) 6.2, afirma que as Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Esta norma ressalta que as informações contidas nas Notas Explicativas devem ser relevantes e complementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

De acordo com a Revista Simonsen (2012) e a NBCT 6.2, na elaboração das Notas Explicativas, devem ser observados os seguintes aspectos:

- a) as informações devem contemplar os fatores de integridade, autenticidade, precisão, sinceridade e relevância;
- b) os textos devem ser simples, objetivos, claros e concisos;
- c) os assuntos devem ser ordenados obedecendo a ordem disposta nas demonstrações contábeis;
- d) os assuntos relacionados devem ser agrupados segundo seus atributos comuns;
- e) os dados devem permitir comparações com os de períodos anteriores;
- f) as referências a leis, decretos, regulamentos, normas brasileiras de contabilidade e outros atos normativos devem ser fundamentadas e restritas aos casos em que tais citações contribuam para o entendimento do assunto tratado na nota explicativa.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 525) chamam a atenção para o fato de que “[...] o uso generalizado de notas explicativas tem dificultado o desenvolvimento adequado das próprias demonstrações”.

3.1.4 Demonstrativos e quadros suplementares

Nos Demonstrativos e nos Quadros Suplementares podem ser apresentados detalhes de itens que deverão estar contidos nos demonstrativos tradicionais, podendo ser usados para servir de meio para a apresentação dos demonstrativos contábeis.

Iudícibus (2006, p. 127) ressalta que “[...] nos quadros suplementares podemos apresentar detalhes de itens que constam nos demonstrativos tradicionais e que não seriam cabíveis no corpo destes. Algumas vezes, os quadros suplementares estão contidos nas próprias notas explicativas”.

Esses demonstrativos e quadros suplementares, não são demonstrações propriamente ditas, mas sim um recurso utilizado pela contabilidade para divulgar informações que são úteis a leitores que necessitam de informações mais detalhadas do que aquelas apresentadas nas demonstrações contábeis e possuem uma importância secundária quando comparadas àquelas contidas nas demonstrações e notas explicativas (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Já para Ludícibus (1997), estes demonstrativos poderiam ter uma utilização mais ambiciosa, servindo para apresentar, por exemplo, as demonstrações contábeis corrigidas pelo nível geral de preço ou a custos de reposição.

3.1.5 Relatório de Auditoria

O parecer de auditoria não é por si só, uma peça de evidenciação, caracterizando-se mais como um instrumento de *enforcement* no processo de divulgação e de aprimoramento da informação contábil e serve para conferir credibilidade às informações prestadas pela empresa (AQUINO; SANTANA 1992, p. 27).

Hendriksen e Van Breda (1999) ressaltam que embora não sendo especificamente um método de divulgação elaborado pela empresa na evidenciação das informações sobre sua situação econômico-financeira, o parecer de auditoria serve apenas como fonte adicional de evidenciação, devendo este ser utilizado para a divulgação de efeitos relevantes decorrentes da utilização de métodos contábeis diferentes dos geralmente aceitos, efeitos relevantes decorrentes de mudanças de um método contábil para outro e nas divergências de opiniões entre o auditor e o cliente em relação à utilização de um ou mais de um dos métodos contábeis utilizados na elaboração dos relatórios.

3.1.6 Relatório da Administração

O Relatório da Administração proporciona a possibilidade de demonstrar os fatos de maneira particular às necessidades de cada empresa. Essa forma de evidenciação tem por objetivo informar de modo descritivo a situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade (PADOVEZE, 2007).

Segundo Mafra (2001, p.5), “[...] o relatório da administração deve ser, portanto, uma detalhada prestação de contas dos gestores para com os acionistas, minoritários e os de fora do bloco de controle”.

De acordo com CVM (2012), em seu parecer de orientação nº 4, o relatório da administração deverá ser publicado juntamente com as demonstrações financeiras, trazendo informações sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo e deve conter:

- a) aquisição de debêntures de sua própria emissão;
- b) política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo com os acionistas;
- c) negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício;
- d) relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas no exercício.

Segundo o art. 133 da Lei 6.404/1976 a elaboração e a publicação do Relatório da Administração são obrigatórias, sua formulação utiliza-se de uma linguagem menos técnica com o objetivo de atingir um número maior de usuários.

Gonçalves e Ott (2003, p. 7) destacam que o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), por meio do *Statements of Financial Accounting Concepts* (SFAC) 1, parágrafo 54, menciona que:

A administração sabe mais sobre a empresa e suas atividades do que os investidores, credores e outras pessoas fora da empresa, e muitas vezes pode aumentar a utilidade de informações financeiras identificando certas transações, outros eventos e circunstâncias que afetam a empresa, explicando seu impacto financeiro.

Mais importante que fornecer grandes quantidades de informações, é a qualidade da informação que está sendo divulgada, para que essa possa auxiliar na tomada de decisões de seus usuários (DIAS FILHO; NAKAGAWA, 2001).

3.1.7 Padrão de divulgação da evidenciação contábil

Ludícibus (2000) destaca que o padrão de divulgação da evidenciação contábil pode ser subdividido em três níveis:

- a) divulgação adequada: volume mínimo de divulgação para as demonstrações não serem consideradas enganosas;
- b) divulgação justa: trata igualmente os leitores em seu potencial;
- c) divulgação completa: pressupõe a apresentação de toda informação relevante.

As diferenças entre os três níveis de divulgação apresentados por Ludícibus (2000) é que toda e qualquer informação divulgada deve ser adequada, justa e plena, ao menos em relação ao detalhe que está sendo evidenciado. Desta forma,

para que os demonstrativos contábeis se tornem significativos e possíveis de fácil entendimento, a informação que não for relevante deverá ser omitida.

Ludícibus, Martins e Gelbcke (2007) advertem que, para a informação contábil ser evidenciada de forma adequada, é necessário que atenda os atributos da confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade. No Quadro 4 são apresentadas as principais características qualitativas que as demonstrações devem apresentar para serem úteis aos usuários, conforme estabelece o Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC) (2012).

Quadro 4: Características da Informação Contábil

Características Qualitativas	Definição
Compreensibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • A informação deverá ser compreensível para ser útil; • Acredita-se que os usuários tenham um conhecimento razoável das atividades econômicas e da contabilidade a fim de que possam estudar as informações; • Apesar de sua complexidade, também devem ser apresentadas as informações relevantes.
Relevância	<ul style="list-style-type: none"> • Toda informação relevante influencia o usuário na tomada de decisão; • Deve-se considerar a materialidade da informação, ou seja, se a omissão poderá ou não gerar alguma distorção na decisão do usuário.
Confiabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • As demonstrações não devem conter erros e deve-se apresentar adequadamente as transações e quaisquer eventos que vierem a ser apresentados; • Deverá dar ênfase à essência sobre a forma, à neutralidade, à prudência e à integridade.
Comparabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Os usuários devem poder comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, com o intuito de identificar tendências na sua posição patrimonial, financeira e no seu desempenho, devendo esses, serem informados das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações.

Fonte: Adaptado pela autora de PAULO (2002)

Conforme a resolução nº 1003/04 do CFC (2012), as características quantitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários, tendo como qualidade essencial o rápido entendimento pelos usuários. Suas informações devem ser relevantes às necessidades dos usuários na tomada de decisão.

3.2 TEORIA DA DIVULGAÇÃO

Nas décadas finais do século XX, a Teoria da Divulgação formou-se como um campo de estudos positivo da contabilidade, contrapondo-se a contabilidade normativa ao basear-se em evidências empíricas e modelos de análise para explicar e prever a realidade (BORBA; ROVER; MURCIA, 2009).

Segundo os mesmos autores, o principal objetivo da Teoria da Divulgação é explicar o fenômeno da divulgação das informações financeiras, e como se encontra em um estágio avançado, embora não exista uma teoria da divulgação ampla e unificada, pode ser considerada desenvolvida, mesmo não havendo na literatura sobre disclosure um paradigma central, nem apenas uma noção convincente que dá origem a todos os estudos subsequentes, nenhuma teoria bem integrada, como única maneira de interpretar essa questão.

4 CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade ambiental apresenta-se como um novo desafio aos usuários para demonstrar a importância das empresas atuarem na preservação e recuperação do meio ambiente, utilizando a contabilidade como ferramenta para a tomada de decisões, além das obrigações que se referem à questão ambiental para com a sociedade.

O surgimento da contabilidade ambiental dá-se devido à necessidade de registrar adequadamente os efeitos-financeiros que ocorrem na tentativa de preservar o meio ambiente (SILVA, 2009, p. 36).

A contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional, tendo por objetivo identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros estando estes relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma sociedade (RIBEIRO, 2010). Silva (2003, p. 81) explica que:

A contabilidade ambiental surge não tão somente para atender à finalidade exclusivamente particular e única das empresas (interesse dos sócios e acionistas em não incorrer em prejuízos), mas também à finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial em contrapartida às ações de conservação e preservação do bem maior da humanidade: o meio ambiente.

Paiva (2003, p. 17), ressalta que a contabilidade ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões. Segundo Paiva (2003, p.18):

O grau evolutivo de conscientização ambiental de determinada nação refletirá diretamente o estágio em que se encontra a Contabilidade Ambiental desse país. Nos países mais evoluídos, com economia sólida e onde as necessidades básicas da população são supridas, há preocupação com o meio ambiente por parte dos cidadãos. As leis desses países e seu cumprimento, assim como as exigências da sociedade, determinarão o comportamento das empresas em seu convívio com a natureza.

A importância da contabilidade ambiental começa a vigorar quando os problemas ambientais passam a preocupar os gestores e a sociedade, devido à necessidade de mais informações objetivas sobre o meio ambiente o que

inicialmente, os contadores não eram bem preparados para esse assunto. (CUNHA, SOUZA e SOUZA, 2009, p.4). Martins e De Luca (1994, p.25): salientam que:

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

A contabilidade ambiental é definida como um instrumento de mensuração dos gastos ambientais e de avaliação de desempenho no que envolva a questão ambiental. Deve estar devidamente integrada com a contabilidade tradicional, pois abrange informações originadas desde a aquisição de insumos até o descarte integral ou parcial do produto final. (COELHO; LINS, 2010).

4.1 NATUREZA CONTÁBIL DAS CONTAS AMBIENTAIS

4.1.1 Ativo Ambiental

Para a contabilidade, ativos são os bens e direitos pertencentes à empresa, resultantes de suas transações, objetivando benefícios econômicos (SILVA, 2009, p. 109). Tinoco e Kraemer (2004, p. 176) afirmam que: ativos ambientais são os bens adquiridos pela companhia que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Ribeiro (2005, p. 61) ressalta que:

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental. O ativo ambiental pode ser entendido como os gastos ambientais capitalizados e amortizados durante o período corrente e os futuros, porque satisfazem os critérios para reconhecimento como ativos.

Conforme definição da Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRIO) (2012), os ativos ambientais podem ser divididos em dois tipos.

- a) cotas (ou permissões): são direitos de realizar um impacto ambiental. Em geral, são alocadas pelo poder público, de modo a limitar o impacto ambiental de determinadas atividades.

- b) créditos: são certificados que representam um impacto ambiental positivo, resultante de uma atividade realizada de modo voluntário, podem ser usados para compensar um impacto ambiental negativo, seja de modo voluntário, ou para cumprimento de leis ambientais.

De acordo com o IBRACON (2012) – NPA 11 – compõem os ativos ambientais:

O imobilizado no que se refere aos equipamentos adquiridos, visando à eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; e os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazos, constituindo, a rigor, valores integrantes do ativo diferido (se envolverem benefícios e ação que se reflitam por exercícios futuros). Também integram o ativo ambiental, os estoques, quando relacionados com insumos do processo de eliminação dos níveis de poluição; componentes representados por empregos e impostos gerados; e obras de infraestrutura local, escolas, creches, áreas verdes e ajardinadas, que busquem o desenvolvimento e a valorização da região e que, eliminando o passivo ambiental, a empresa produz ativos no local.

Entende-se por ativo ambiental, todos os bens e direitos adquiridos pela empresa, tendo esses a finalidade de preservação do meio ambiente, podendo ser considerado também como todo gasto incorrido que trará benefícios futuros para a empresa, desde que relacionados com a preservação ou recuperação ambiental, ou aquele gasto que tenha incorrido em razão de segurança ambiental para a empresa, não gerando nenhum benefício para a empresa.

4.1.2 Passivo Ambiental

E conformidade com o IBRACON (2000), o passivo ambiental é toda a agressão praticada ou que se pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial. Silva (2009, p. 135) esclarece que:

O passivo são todas as obrigações a pagar que a empresa possui, contraídas voluntária ou involuntariamente, que num momento futuro exigirão a entrega de ativos, partes de suas economias ou mesmo a prestação de serviços por parte da empresa para compensação de algum tipo de dano ambiental causado ao meio ambiente.

Entre os principais exemplos de passivo ambiental citados por Silva (2009, p. 137) estão:

- a) obrigação de controlar o lançamento de efluentes e as emissões atmosféricas;
- b) obrigação de armazenar e dispor adequadamente os resíduos;
- c) obrigação de recuperar uma área degradada;
- d) obrigação (mesmo voluntária) de preservar uma reserva ecológica.

Os passivos ambientais, conforme Martins e De Luca (1994, p. 27), referem-se:

Aos benefícios econômicos que serão sacrificados em função de obrigação contraída perante terceiros para preservação e proteção ao meio ambiente. Tem origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem constituir-se em despesas do período atual ou anterior, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de esses gastos virem a se efetivar (contingenciais).

Conforme o conceito dos autores entende-se por passivo ambiental, toda e qualquer dívida que a empresa venha a contrair resultante de agressões praticadas contra o meio ambiente, sejam elas voluntárias ou não, provenientes de riscos e incertezas ambientais.

4.1.3 Receita Ambiental

Receitas são entradas para o Ativo, sob a forma de bens ou direitos, sendo que em uma empresa é representada pela venda de seus produtos, mercadorias ou serviços. Silva (2009, p. 161).

Carvalho (2007, p. 142) afirma que, receitas ambientais são os recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados.

Consideram-se receitas ambientais, todas as receitas que forem obtidas através da troca por insumos ou serviços diretamente ligados a questão ambiental. Mais especificamente, Tinoco e Kraemer (2004, p. 187), relatam que as receitas ambientais são decorrentes de:

- a) prestação de serviços especializados em gestão ambiental;

- b) venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo;
- c) venda de produtos reciclados;
- d) receita de aproveitamento de gases e calor;
- e) redução de consumo de matérias-primas;
- f) redução do consumo de energia;
- g) redução do consumo de água;
- h) participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Ao investirem no meio ambiente consequentemente as empresas provocam melhorias em seu desempenho econômico, financeiro, ambiental e social, através do incentivo à produtividade dos recursos utilizados em seu processo produtivo, tornando-se poupadores desses recursos que além de contribuírem para a redução de impactos ambientais podem ser considerados receitas (TINOCO; KRAEMER, 2004).

4.1.4 Perdas ambientais

De acordo com Hendriksen e Van Breda, (1999, p. 234), “[...] as perdas ambientais devem refletir uma queda de valor de mercado ou outra medida observável de valor. As perdas resultam de eventos externos e exógenos não previstos como necessários para o processo de geração de receitas”.

Ribeiro (2010) define perdas ambientais como todo o gasto incorrido em uma companhia e que não proporcionam benefícios para a mesma. Classificam-se como normais ao serem previsíveis e de montante definido e aceitável e, como anormais ao serem inesperados e de volume relevante. Segundo o mesmo autor, as perdas ambientais podem advir de:

- a) gastos que não trazem qualquer benefício adicional;
- b) multas ou penalidades por inadequação das atividades à legislação;
- c) restauração de áreas contaminadas (próprias ou de terceiros);
- d) complemento da estimativa dos custos de recuperação relacionados a atividades de períodos anteriores.

Percebe-se assim, que é importante a correta identificação dos custos, das despesas, dos ganhos e das perdas ambientais, pois todos atingem diretamente o resultado da empresa.

4.1.5 Custos e Despesa Ambiental

Conforme explica Silva (2009, p. 189) “Despesas são os recursos consumidos na forma de bens e serviços que resultará em uma receita, é todo sacrifício da empresa para obtenção de uma receita”. Segundo Ribeiro (1992, p.78),

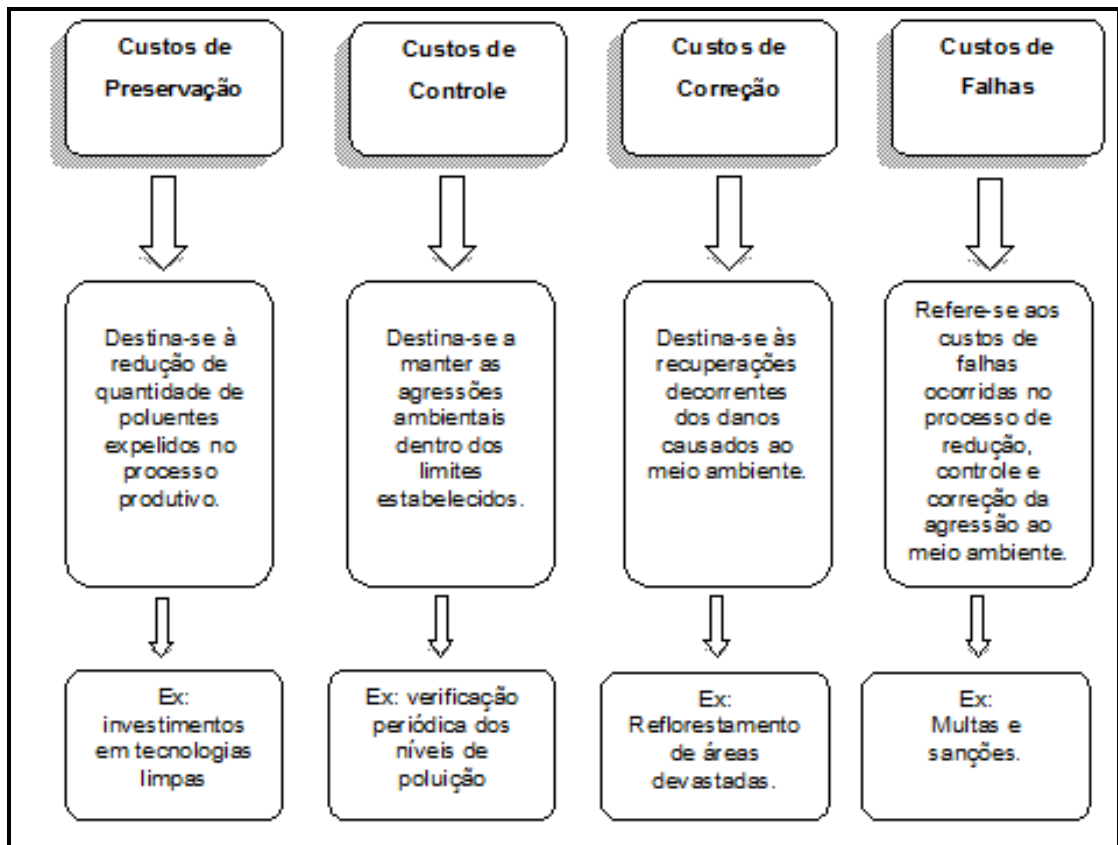
Estes recursos, necessários à obtenção de receitas são tradicionalmente divididos entre custos e despesas. Os custos são aqueles relacionados ao processo de produção, enquanto as despesas são aquelas relativas à administração da empresa como um todo.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 186), relatam que as despesas ambientais são ocasionadas por:

- a) prevenção de contaminação relacionada com as atividades operacionais atuais;
- b) tratamento de resíduos e vertidos;
- c) tratamento de emissões;
- d) descontaminação;
- e) restauração;
- f) materiais auxiliares e de manutenção de serviços;
- g) depreciação de equipamentos;
- h) exaustões ambientais;
- i) pessoal envolvido na produção;
- j) gestão do meio ambiente;
- k) investigação e desenvolvimento;
- l) desenvolvimento de tecnologias mais limpas;
- m) auditoria ambiental.

De acordo com a Revista Brasileira de Contabilidade (2000, p. 46), os custos ambientais classificam-se de acordo com a figura 2:

Figura 2: Classificação dos Custos



Fonte: Adaptado pela autora de Conselho Federal de Contabilidade (2012)

Os custos ambientais representam toda a despesa gerada, direta ou indiretamente, relativa a bens ou serviços que tenha por objetivo única e exclusivamente a preservação do meio ambiente (RIBEIRO, 1992).

4.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

A evidenciação das informações de caráter ambiental, sejam elas voluntárias ou não, é hoje um dos desafios da contabilidade. Ferreira (1995) descreve que por ser um tema recente, é compreensível que a contabilidade ainda não tenha incluído as informações ambientais como objeto de classificação conceitual e metodológica apesar das exigências da sociedade.

Nossa (2002) afirma que o *disclosure* ambiental pode ser feito de duas maneiras: obrigatória (compulsória), quando exigido por leis e regulamentos, ou voluntária, quando a evidenciação de informações é feita espontaneamente pela empresa ou que exceda o exigido por lei.

Segundo Piacentini (2004, p. 51), as evidenciações voluntárias “[...] são meios utilizados pelos investidores para analisar as estratégias e os fatores críticos de sucesso da companhia, tanto no ambiente em que as mesmas estão inseridas, como sob o aspecto competitivo do cenário econômico”.

De acordo com Ludícibus (1997), o objetivo da evidenciação voluntária é transmitir aos diversos usuários da Contabilidade, informações quantitativas e qualitativas, buscando propiciar uma base de informações pertinentes às atitudes da empresa.

Já, a evidenciação compulsória, de acordo com Boff (2007, p. 38) “[...] representa as informações requeridas legalmente pelos órgãos de regulamentação e pelos órgãos de classe”. Esses órgãos estabelecem padrões de evidenciação compulsórios às empresas para garantir um nível informacional mínimo, necessário e exigido pelos usuários.

Considera-se importante que as empresas não evidenciem apenas informações exigidas por lei, mas sim que as faça espontaneamente, pois demonstraria um maior nível de transparência da empresa para com seus investidores e uma maior responsabilidade social.

No quadro 5 são apresentadas algumas razões para as empresas divulgarem informações de caráter ambiental.

Quadro 5: Razões para divulgar e não divulgar informações ambientais voluntariamente

Razões para evidenciar voluntariamente	Razões para não evidenciar voluntariamente
<ul style="list-style-type: none"> • Caso não o faça, a divulgação se tornará obrigatória; • Legitimar suas atividades; • Distrair a atenção de outras áreas; • Desenvolver a imagem corporativa; • Se antecipar a ações regulatórias; • Impacto positivo no preço das ações; • Benefícios Políticos; • Direito dos acionistas e <i>stakeholders</i> à informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de incentivos; • Custo de levantamento e divulgação; • Indisponibilidade de dados; • Evitar divulgar informações confidenciais a concorrência; • Falta de demanda para a informação; • Ausência de requerimentos legais; • Outras prioridades na divulgação de informações.

Fonte: Adaptado pela autora de Gray e Bebbington (2001).

No Brasil, não há normas que padronizem o *disclosure* ambiental, o que existe atualmente são algumas orientações e recomendações emitidas por órgãos

que influenciam na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, sendo eles, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estabelecem pronunciamentos referentes ao *disclosure* ambiental conforme demonstra o quadro 6.

Quadro 6: Pronunciamentos referentes ao *disclosure* ambiental

Pronunciamentos	Descrição
CFC Resolução nº 1.003/04 NBC T 15	Estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, tendo por objetivo demonstrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. De acordo com os procedimentos desta norma, as Demonstrações de Natureza Social e Ambiental devem evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade extraídos ou não da contabilidade.
CVM Parecer de Orientação nº 15/87	Estabelece que as empresas de capital aberto devam informar no Relatório da Administração as informações referentes à proteção ao meio ambiente: descrição e objetivos dos investimentos efetuados e o montante aplicado.
IBRACON NPA 11 BALANÇO E ECOLOGIA	Objetiva estabelecer os liames entre a Contabilidade e o Meio Ambiente, cabe-lhe também, participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões a Vida Humana e a Natureza.
CPC 25	Trata de provisões, passivos e ativos contingentes.

Fonte: Adaptado pela autora do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) (2012)

4.2.1 Normas de Evidenciação Ambiental Estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (IBRACON), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

4.2.1.1 CFC – Resolução nº 1.003/2004

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.003/2004 aprovou a NBC T 15. Essa norma “[...] estabelece procedimentos para a evidenciação de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à

sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade”, onde define que as Demonstrações de Informações de Natureza Social e Ambiental devem ser apresentadas com informações do exercício atual e anterior, para que seja possível realizar uma comparação entre os exercícios (CFC, 2012,).

Segundo a NBC T 15 as informações de natureza social e ambiental são:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

De acordo com a mesma Norma (CFC, 2004, p.7), as informações a serem divulgadas na interação com o meio ambiente são:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

Conforme Souza (2010, p. 10), além das informações impostas pela NBC T 15, a empresa poderá evidenciar outras informações, sendo que as informações contábeis contidas nessa demonstração serão de inteira responsabilidade do contador, devendo as Informações de Natureza Ambiental ser objeto de auditoria independente.

4.2.1.2 IBRACON - NPA 11 - Balanço e Ecologia

A Norma de Procedimento de Auditoria Ambiental nº 11 (IBRACON, NPA 11, 1996), estabelece “[...] liames entre a contabilidade e o meio ambiente”, visando a

“participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões à vida humana e à natureza” (IBRACON, 1996, p. 1).

Na NPA 11, o IBRACON ressalta a crescente conscientização da sociedade, salientando que tais evoluções devem estar refletidas nas demonstrações contábeis e nos relatórios de administração das empresas. Destaca, ainda, que o crescente conhecimento da abrangência e da extensão das agressões ao meio ambiente e à vida humana impõe às empresas a necessidade de avaliar o seu comportamento ambiental com vistas a se “[...] resguardarem dos efeitos potenciais de pedidos de indenização judiciais relacionados aos efeitos danosos de suas atividades operacionais com relação ao ar, à água e ao solo” (IBRACON, 1996 p. 1).

De acordo com Souza (2010, p. 11), o IBRACON, através da NPA 11, descreve que:

A apresentação dos ativos e passivos ambientais deverá ser registrada [...] nas Demonstrações Contábeis das empresas e recomenda que os ativos e passivos ambientais sejam apresentados em títulos específicos, identificando, numa segmentação adequada, o ativo imobilizado ambiental, estoques ambientais, diferidos ambientais, etc., bem como os passivos ambientais (financiamentos específicos, contingências ambientais definidas, etc.).

A NPA 11 no que se refere à posição ambiental da empresa menciona que esta deverá ser evidenciada “[...] mediante apresentação de notas explicativas”, informando:

- a) a política ambiental adotada;
- b) o valor dos investimentos em ativos fixos e diferidos ambientais;
- c) os critérios de amortizações / depreciações;
- d) as despesas ambientais;
- e) o passivo contingente e cobertura, se houver, de seguros;
- f) o plano diretor de meio ambiente.

Conforme Souza (2010), a NPA 11 dispõe que cabe ao auditor independente examinar as informações contidas nas demonstrações contábeis e notas explicativas no que se refere a questão ambiental da empresa, devendo este, e caso as empresas estejam relacionadas à atividades poluidoras, o auditor deverá aprofundar seus procedimentos de auditoria.

4.2.1.3 CVM – Parecer de Orientação Nº 15/1987

O Parecer de Orientação nº 15/1987 da CVM menciona que o Relatório da Administração é peça integrante e complementar das demonstrações contábeis e notas explicativas “[...] formando um quadro completo das posturas e do desempenho da administração na gestão e alocação dos recursos que se encontram a ela confiados” (BOFF; BEUREN; HEIN, 2009, p. 3).

A CVM, por meio de seu Parecer de Orientação nº 15/1987, recomenda que a administração disponibilize as seguintes informações:

- a) descrição dos negócios, produtos e serviços;
- b) comentários sobre a conjuntura econômica geral
- c) recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios, segmentação da mão-de-obra; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais;
- d) investimentos - descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados;
- e) pesquisa e desenvolvimento - descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos;
- f) novos produtos e serviços - descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relativas;
- g) proteção do meio-ambiente;
- h) reformulações administrativas;
- i) investimentos em controladas e coligadas;
- j) direitos dos acionistas e dados de mercado;
- k) perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros;
- l) em se tratando de companhia de participações, o relatório deve contemplar as informações acima mencionadas, mesmo que de forma mais sintética, relativas às empresas investidas.

4.2.1.4 CPC 25 – Comitê de Pronunciamentos Técnicos

O Pronunciamento Técnico CPC 25, trata de provisões, passivos e ativos contingentes.

De acordo com Muhl Junior (2010, p. 18): o referido pronunciamento conceitua passivo contingente da seguinte forma:

É uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. É uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade.

O Pronunciamento Técnico CPC 25, estabelece ainda que as provisões devem ser reconhecidas quando:

- a) a entidade tem uma obrigação presente com resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação;
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Ainda segundo Muhl Junior (2010), quanto aos passivos ambientais, somente devem ser reconhecidos pelas entidades de acordo com o item 86 do CPC 25 uma breve descrição da natureza do passivo contingente, e quando for possível:

- a) a estimativa do seu efeito financeiro;
- b) a indicação de incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída;
- c) a possibilidade de qualquer reembolso.

Mesmo que o CPC 25 não trate expressamente de matéria ambiental, se constitui em uma importante ferramenta de apoio para que os profissionais da contabilidade tenham uma padronização na forma de apresentar efeitos na contabilidade decorrentes de eventos ambientais (MUHL JUNIOR, 2010).

4.3 CONTEÚDO DA EVIDENCIAÇÃO

A evidenciação dos eventos econômico-financeiros de natureza ambiental é mais uma das contribuições da contabilidade em relação ao processo de preservação ambiental (RIBEIRO, 2010).

Segundo Ribeiro (2010, p. 108), referente às informações de caráter ambiental, a evidenciação implica perguntar:

O que? Todas as informações relativas aos eventos e transações envolvidos com a questão ambiental; Como? Com o grau de detalhamento exigido pela relevância dos valores e pela natureza dos gastos relativos à interação entre a empresa e o meio ambiente; Quando? O registro contábil deverá ser feito no momento em que o fato gerador ocorrer, ou no momento em que houver informações adicionais e complementares; Onde? Idealmente, no corpo das demonstrações contábeis e nas notas explicativas, dependendo da extensão e natureza das informações a serem prestadas.

O fator que mais tem impulsionado as empresas a elaborar seus relatórios ambientais são os prêmios e os *rankings* divulgados por diversos órgãos e pela mídia televisa (RIBEIRO, 2010).

4.4 FORMAS DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

4.4.1 Balanço Social e Ambiental

O Balanço Social (BS) busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (IUDÍCIBUS; MARTINS e GELBCKE, 2000, p. 31).

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p. 91):

A elaboração e a publicação do Balanço Social pelos gestores constituem-se no melhor exemplo de *accountability*. *Accountability* representa a obrigação que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros sociais, os *stakeholders*.

Para Tinoco (2001, p. 14), "Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários". Freire e Rebouças (2001, p. 69) ressaltam que:

O balanço social pode ser considerado como uma demonstração técnico gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente, etc.).

Percebe-se que os conceitos acima trazem em sua formulação a ideia de responsabilidade social e a preocupação com o meio ambiente ao informarem suas ações ambientais.

Segundo Lopes de Sá (1998), o balanço ambiental, é aquela demonstração das contas que evidencia as relações do patrimônio com o meio ambiente ou da natureza. O balanço ambiental deve apresentar o desejável, o que efetivamente foi feito para controlar o impacto ambiental pelos resíduos do sistema produtivo, senão poderão ter, até, um aumento de custos (como tratamento de resíduos e riscos ambientais).

4.4.2 Objetivos do Balanço Social e Ambiental

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 31), o objetivo do BS é demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida. De acordo com Raupp (2001, p.148) o Balanço Ambiental tem por objetivo principal:

Tornar pública toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensurável em moeda, que a qualquer tempo possa influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, verificando que custos, passivos ou ativos ambientais sejam reconhecidos a partir de sua identificação em acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

Entende-se que o principal objetivo do Balanço Social é o de demonstrar as informações sociais e ambientais demonstrando um maior nível de transparência para com seus investidores e usuários de suas informações.

4.4.3 O Modelo IBASE

O modelo de Balanço Social criado no Brasil foi lançado em 1997 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que o coloca como

ferramenta de transparência e prestação de contas da empresa para com a sociedade. De acordo com o IBASE (2012, p. 2):

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Em relação a benefícios e contribuições à sociedade, o BS pode refletir o comprometimento da empresa com as necessidades básicas da população, mediante investimentos voluntários nas diferentes áreas (PINTO, RIBEIRO, 2004).

Conforme figura 3, pode-se observar claramente através da análise do Balanço IBASE, que dos quarenta e quatro itens abordados apenas três tratam sobre informações ambientais, evidenciando somente os investimentos realizados pela empresa e as metas para diminuir resíduos e aumentar eficácia.

Figura 3: Modelo de Balanço Social de acordo com o IBASE

Balanço Social Anual / 20XX		20XX Valor (mil reais)			20XX-1 Valor (mil reais)		
1. Base de cálculo							
Receita líquida (RL)							
Resultado operacional (RO)							
Folha de pagamento bruta (FPB)							
2. Indicadores sociais internos		Valor (mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação							
Encargos sociais compulsórios							
Previdência privada							
Saúde							
Segurança e saúde no trabalho							
Educação							
Cultura							
Capacitação e desenvolvimento profissional							
Creches ou auxílio-creche							
Participação nos lucros ou resultados							
Outros							
Total - Indicadores sociais internos							
3. Indicadores sociais externos		Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação							
Cultura							
Saúde e saneamento							
Esporte							
Combate à fome e segurança alimentar							
Outros							
Total das contribuições para a sociedade							
Tributos (excluídos encargos sociais)							
Total - Indicadores sociais externos							
4. Indicadores ambientais		Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa							
Investimentos em programas e/ou projetos externos							
Total dos investimentos em meio ambiente							
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:							
		() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%
		() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%		
5. Indicadores do corpo funcional							
Nº de empregados(as) ao final do período							
Nº de admissões durante o período							
Nº de empregados(as) terceirizados(as)							
Nº de estagiários(as)							
Nº de empregados(as) acima de 45 anos							
Nº de mulheres que trabalham na empresa							
% de cargos de chefia ocupados por mulheres							
Nº de negros(as) que trabalham na empresa							
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)							
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais							
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		20XX			Metas 20XX+1		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa							
Número total de acidentes de trabalho							
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas solucionadas:		na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 20XX:			Em 20XX-1:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		_____% governo	_____% colaboradores(as)		_____% governo	_____% colaboradores(as)	
		_____% acionistas	_____% terceiros	_____% retido	_____% acionistas	_____% terceiros	_____% retido
7. Outras informações							

Fonte: IBASE (2012)

Entende-se que mesmo apresentando pouca contribuição sobre informações ambientais, o modelo IBASE possui pontos como a objetividade, que contribui para sua utilização por diversas empresas, independente do porte ou setor de atuação. Sendo que, algumas optam por apresentar o Balanço IBASE de maneira isolada ou complementando relatórios socioambientais.

4.4.4 Modelo da GRI

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização sem fins lucrativos cujo principal trabalho consiste na criação de diretrizes e indicadores para a elaboração de relatórios de sustentabilidade, por meio de uma rede de diálogo multi-stakeholder, composta por milhares de especialistas de todo o mundo (GRI, 2012).

A GRI foi criada com o objetivo de elevar as práticas de relatórios de sustentabilidade a um nível de qualidade equivalente ao dos relatórios financeiros. O conjunto de diretrizes e indicadores da GRI proporciona a comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade da informação na comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações (INSTITUTO ETHOS, 2012).

Para Tinoco e Kraemer (2009, p. 301), a GRI é um marco para a divulgação de informação para as empresas quanto a suas atuações para melhorar a sustentabilidade e aos resultados dessas atuações.

Em relação ao meio ambiente, o modelo GRI é mais completo que o IBASE, uma vez que desde o início de sua implementação a ênfase maior era na questão ambiental (RIBEIRO, 2005, p. 125).

O relatório de sustentabilidade, (modelo de relatório da GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido, é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações (INSTITUTO ETHOS, 2012).

4.5 PESQUISAS NACIONAIS REALIZADAS SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

O tema evidenciação já ocasionou diversos estudos, principalmente na questão ambiental, como pode ser verificado no quadro 7.

Quadro 7: Pesquisas Ambientais

Pesquisadores	Objetivo	Conclusão
Machado e Giombelli (1997)	Identificar os artefatos culturais referentes à preservação ambiental, predominantes nas empresas de Blumenau.	As organizações estão incorporando a preservação ambiental no seu dia-a-dia.
Ponte e Oliveira (2004)	Relatar o grau de evidenciação voluntária de informações não contempladas nas demonstrações contábeis de 95 cidades anônimas.	Muitas empresas evidenciam informações que deveriam constar no relatório de administração, nas notas explicativas.
Borba, Alves e Rover (2005)	Identificar as diversas práticas de evidenciação ambiental nas demonstrações contábeis de companhias brasileiras.	As informações publicadas objetivam mensurar e reconhecer o impacto de determinados fatos contábeis sobre o patrimônio da organização.
Calixto e Mendonça (2006)	Identificar a relação existente entre as notícias favoráveis divulgadas nos relatórios contábeis de uma organização de grande porte com as notícias desfavoráveis com relação ao meio ambiente.	Fraca associação entre o nível de divulgação de informações sobre o meio ambiente apresentadas nos relatórios da organização com o nível de notícias desfavoráveis publicadas pela imprensa brasileira.
Leite, Ribeiro e Pacheco (2007)	Abordar o processo de evidenciação do passivo ambiental e das interações com o meio ambiente de um grupo de empresas previamente selecionadas e potencialmente detentoras de passivo ambiental.	Nos relatórios de administração e notas explicativas apresentam um pequeno grau de evidenciação de passivos ambientais e interações com o meio ambiente, sem detalhes de projetos e valores.
Borba, Rover e Murcia (2006).	Comparar o <i>disclosure</i> de informações ambientais divulgadas no Brasil e nos Estados Unidos, de 2002 a 2004, por meio da análise das DFPs e dos Relatórios 20-F das empresas brasileiras listadas na NYSE.	Há divergência entre o volume de informações, sendo que os relatórios que seguem as normas da comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos evidenciam num grau maior suas informações.
Costa e Marion (2007)	Examinar as informações ambientais disponibilizadas nos sites das empresas e da BM&FBOVESPA.	A falta de uniformidade na estrutura dos relatórios divulgados pelas entidades prejudica a análise das informações.
Ribeiro e Van Bellen (2008)	Investigar o Relatório Anual, o Formulário 20-F e o Relatório Socioambiental de empresas brasileiras listadas na NYSE.	O Relatório Socioambiental é o que contempla com maiores detalhes de informações os aspectos ambientais das empresas.
Cunha e Ribeiro (2008)	Investigar os fatores que determinam a publicação do Balanço Social por empresas listadas na BM&FBOVESPA em 2003 e 2006	A divulgação voluntária de informações sociais está associada positivamente ao nível de Governança Corporativa, ao desempenho, ao tamanho e à divulgação em período anterior.
Murcia <i>et al.</i> (2008)	Verificar os fatores que influenciam a evidenciação voluntária de informações ambientais pelas empresas brasileiras.	As variáveis tamanho da empresa e a participação no ISE são significativas para a explicação do <i>disclosure</i> voluntário ambiental.
Braga e Salotti (2008)	Investigar a possível relação entre <i>disclosure</i> ambiental e características corporativas de empresas que operam no Brasil sob a perspectiva da Teoria da Divulgação.	Relações positivas e significativas entre o nível de <i>disclosure</i> ambiental e tamanho, riqueza criada e natureza da atividade.

Fonte: Rover *et al.* (2009)

Analisando o quadro 7, percebe-se a dificuldade que as empresas têm para evidenciar as informações ambientais, pois as próprias conclusões que os autores dispuseram demonstram o pequeno grau de informações de cunho ambiental além da falta de uniformidade e a divergência de informações

4.6 PESQUISAS INTERNACIONAIS REALIZADAS SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Além das pesquisas nacionais, o tema evidenciação foi destaque nas pesquisas internacionais, como pode ser verificado no quadro 8.

Quadro 8: Pesquisas Ambientais Internacionais

Pesquisadores	Objetivo	Conclusão
Hackston e Milne (1996)	Verificar os determinantes da evidenciação social e ambiental das 50 maiores empresas da Nova Zelândia	O variável tamanho e setor explicam o nível de <i>disclosure</i> da companhia.
Adams, Hill e Roberts (1998)	Identificar os fatores que influenciam a evidenciação social e ambiental de 150 empresas de seis países do Oeste Europeu.	As variáveis, tamanho da empresa, setor e o país de origem da empresa influenciam os padrões de divulgação e comunicação social corporativa.
Ahmad, Hassan e Mohammad (2003)	Examinar os incentivos que motivam as empresas da Malásia a divulgar informações ambientais.	Entidades auditadas pelo grupo de empresas de auditoria "Big Five", tendem a um maior nível de evidenciação, e que a rentabilidade influencia negativamente o <i>disclosure</i> .
Alciatore e Dee (2006)	Investiga as empresas americanas do setor de petróleo e gás durante os anos de 1990.	O nível de <i>disclosure</i> ambiental está relacionado com o tamanho das empresas seguindo uma tendência de elevação ao longo da década, podendo ser explicada pelo aumento na regulação para a divulgação ambiental.
Liu Anbumozhi (2008)	Examinar os determinantes do <i>disclosure</i> ambiental de 175 empresas chinesas no ano de 2006.	O fator tamanho e atuação em setores de alto impacto ambiental como as variáveis de maior impacto, e o retorno da empresa como uma variável que não influencia a evidenciação ambiental.

Fonte: Rover *et al.* (2010)

Analisando o Quadro 8, considerando-se a conclusão dos autores internacionais mencionados também pode-se perceber a dificuldade que as empresas têm para evidenciar as informações ambientais, pois as próprias conclusões que os autores dispuseram demonstram o pequeno grau de informações de cunho ambiental.

5 ESTUDO SOBRE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

5.1 COLETA E LEVANTAMENTO DE DADOS

Para o estudo em questão, foram selecionadas as empresas da Região da Serra Gaúcha de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, conforme descritas a seguir e apresentadas no quadro 9:

- a) Fras-le S/A;
- b) Lupatech S/A;
- c) Marcopolo S/A;
- d) Pettenati S/A;
- e) Randon S/A Implementos e Participações;
- f) Rio Grande Energia S/A;
- g) Unicasa Indústria de Móveis S/A.

Quadro 9: Apresentação das Empresas

Empresa	Localização	Nível de Governança Corporativa	Setor / Complemento
Fras-le S/A	Caxias do Sul	Nível 1	Bens Industriais / Material Rodoviário
Lupatech S/A	Caxias do Sul	Novo Mercado	Bens Industriais / Máquinas e Equipamentos
Marcopolo S/A	Caxias do Sul	Nível 2	Bens Industriais / Material Rodoviário
Pettenati S/A Indústria Textil	Caxias do Sul	Tradicional	Consumo Cíclico / Fios e Tecidos
Randon S/A Implementos e Participações	Caxias do Sul	Nível 1	Bens Industriais / Material Rodoviário
Rio Grande Energia S/A	Caxias do Sul	Tradicional	Utilidade pública / Energia Elétrica
Unicasa Indústria de Móveis S/A	Bento Gonçalves	Novo Mercado	Consumo Cíclico / Utilidades Domésticas / Móveis

Fonte: Elaborado pela autora

5.2 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Para o levantamento dos dados, a pesquisa baseou-se no modelo de Rover, Murcia e Borba (2008) sendo dividida em quatro categorias e dezoito subcategorias, conforme dispostas nos quadros 10 a 13.

A análise foi realizada nos relatórios, demonstrativos contábeis disponíveis no *site* das próprias empresas, CVM e BM&FBOVESPA dos anos de 2010 e 2011. Salienta-se que em nenhum momento teve-se a intenção de identificar a qualidade e a quantidade de informações e sim quais informações as empresas evidenciam. Para um melhor entendimento, nos quadros 10 a 13 utilizou-se as alternativas "sim", se as empresas fazem menção as subcategorias dispostas e "não" se as empresas não fazem menção as subcategorias.

5.2.1 Políticas ambientais

Entende-se por políticas ambientais, a declaração de uma organização onde ela expõe suas intenções em relação ao seu desempenho ambiental prevendo uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais. No quadro 10 pode-se visualizar um resumo das informações apresentadas pelas empresas.

Quadro 10: Políticas Ambientais

Sub-categorias	Categoria: Políticas Ambientais						
	Fras-le	Lupatech	Marcopolo	Petenatti	Randon	RGE	Unicasa
Declaração das práticas, ações, atuais e futuras.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Declaração de Obediência a leis, licenças, normas e órgãos ambientais.	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Prêmios e participações em índices ambientais.	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não

Fonte: Adaptado pela autora de Rover, Murcia e Borba (2008)

Analisando o quadro 10, têm-se as seguintes informações:

a) Fras-le S/A

Conforme disposto no *site* da empresa e no relatório de sustentabilidade, como práticas ambientais da empresa Fras-le podem ser citadas a estação de tratamento de efluentes, a compostagem de resíduos sólidos, a central de resíduos, o envio de resíduos para co-processamento, o sistema de lavagem de gases e o controle e monitoramento de emissões atmosféricas. A empresa menciona também não utilizar mais amianto (fibra mineral) em seu processo produtivo fato que demonstra a antecipação da Fras-le à legislação vigente, e a preocupação com o meio ambiente.

Com o reconhecimento de suas ações ambientais, a empresa recebeu vários prêmios, dentre os quais pode ser citados o Prêmio Integração, Projetos Ecológicos Automotivos pelo desenvolvimento de produtos sem material químico. O Prêmio Selo Verde, concedido pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro e pela Organização Não-Governamental Ambientalista Defensores da Terra.

Em momento algum a empresa referiu-se a estabelecimento de metas e objetivos ambientais.

b) Lupatech S/A

Conforme disposto no *site* da empresa, a Lupatech adota uma política sustentada em dois eixos: minimizar e reciclar os resíduos gerados, tendo como meta o reconhecimento pela sociedade como um grupo de empresas que se preocupa com os desafios ambientais e sociais além dos econômicos. Para tanto se comprometem com a educação, capacitação e conscientização de todos os seus públicos; buscam dentro de suas atividades atuarem na promoção da saúde, na proteção à vida e na prevenção da poluição, trabalhando para a minimização de impactos ambientais.

A Lupatech recebeu o Prêmio Febramec Meio Ambiente na Categoria Empresas de Grande Porte, concedido pela Feira Brasileira da Mecânica e Automação Indústria, a distinção visa dar reconhecimento público a ações socioambientais implementadas pelo setor industrial para melhorar o seu processo produtivo tendo em vista atender também a necessidade de preservação e

conservação do meio ambiente. Foi certificada também pelo Instituto Ambiental Brasil (IAB) e Prefeitura Municipal de Americana pela participação no Programa de Conscientização Ambiental realizado através de cartilhas educativas.

c) Marcopolo S/A

A empresa tem como prioridade o respeito pela natureza, pois pratica ações de comprometimento das pessoas, da melhoria de processos, e da aplicação de tecnologias adequadas, além do estabelecimento de metas em prol ao meio ambiente. Programas voltados às questões ambientais fazem parte da política de gestão da Marcopolo, anualmente a empresa realiza ações específicas em comemoração ao dia mundial do meio ambiente, além de uma série de programas e ferramentas para controle do sistema produtivo, obteve também a Licença Prévia para um novo aterro de resíduos sólidos industriais não perigosos.

d) Pettenati S/A Indústria Têxtil

As práticas sustentáveis da Pettenati se estendem também em estabelecer padrões éticos de relacionamento, transparência e responsabilidade legais com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade e poder público.

No controle de metas ambientais, a empresa utiliza matéria-prima biodegradável, com ausência de metais pesados e outros compostos químicos que possam ser nocivos, com o objetivo de proteger o meio ambiente.

Em momento algum a empresa referiu-se a possuir declaração das práticas, ações, atuais e futuras e nem de estabelecimento de metas e objetivos ambientais.

e) Randon S.A. Implementos e Participações

Conforme analisado em seus relatórios e *site*, a empresa Randon Implementos não faz menção a nenhuma subcategoria das políticas ambientais.

f) Rio Grande Energia S/A

A RGE presta serviços de distribuição de energia com respeito ao meio ambiente, prevenindo a poluição, identificando e controlando impactos ambientais que realiza em sua área de concessão, cumprindo legislações e requisitos relacionados, buscando a melhoria contínua de seu desempenho ambiental,

desenvolvendo seus serviços da melhor forma possível com o objetivo de proteger o meio ambiente.

Recebeu o Prêmio Expressão Ecológica em relação à Proteção Ambiental na Construção de Redes de Distribuição de Energia.

g) Unicasa Indústria de Móveis S/A

A empresa destaca ser cuidadosa em suas atividades em relação ao meio ambiente e observa a legislação brasileira sobre o tema. Também adota práticas de controle preventivo e, constantemente, através de ações que visem minimizar os impactos gerados pela sua atividade. Nos relatórios analisados a empresa não menciona estabelecimento de metas, objetivos nem o recebimento de prêmios ou participações em índices ambientais.

De acordo com as informações coletadas, percebe-se que as empresas Lupatech e RGE, divulgaram informações nas quatro subcategorias, sendo as empresas que mais evidenciaram informações no que se refere a políticas ambientais.

A Marcopolo somente não divulgou o recebimento de prêmios em relação às práticas de proteção ambiental. As empresas Fras-le e Unicasa não mencionaram estabelecer metas e objetivos ambientais. A Pettenati divulgou apenas informações referentes a práticas e ações e ao estabelecimento de metas e objetivos. A Randon Implementos em momento algum divulgou algum tipo de informação ambiental referente às subcategorias mencionadas no quadro 10.

5.2.2 Sistemas de gerenciamento ambiental

Entende-se por sistemas de gerenciamento ambiental, um processo voltado a resolver problemas de caráter ambiental, objetivando o desenvolvimento sustentável. No quadro 11 pode-se visualizar um resumo das informações apresentadas pelas empresas. Analisando o quadro 11, têm-se as seguintes informações:

As empresas Fras-le, Lupatech, Marcopolo e RGE possuem a certificação ISO 14001, conhecida como ISO Ambiental, a mais importante certificação em gestão ambiental, por estarem de acordo com a Legislação Ambiental do País, do Estado e do Município; por terem uma política ambiental de respeito ao meio ambiente, realizarem projetos de melhoria contínua de seus processos produtivos e

implantarem programas que desenvolvam a consciência ambiental de funcionários, fornecedores, comunidade, clientes e acionistas, mas não registraram nenhum tipo de informação referente à auditoria ambiental. As empresas Pettenati e Unicasa em momento algum divulgaram algum tipo de informação ambiental referente às subcategorias mencionadas no quadro 11.

Quadro 11: Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Sub-categorias	Categoria: Sistemas de Gerenciamento Ambiental						
	Fras-le	Lupatech	Marcopolo	Petenatti	Randon	RGE	Unicasa
ISO 14000 e/ou 14001	Sim 14001	Sim 14001	Sim 14001	Não	Sim 14001	Sim 14001	Não
Auditoria Ambiental	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Gestão Ambiental	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: Adaptado de Rover, Murcia e Borba (2008).

Nos sistemas de gerenciamento ambiental são considerados também os impactos dos produtos e processos no meio ambiente.

5.2.3 Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente

Entende-se por impacto dos produtos e processos no meio ambiente qualquer alteração que o mesmo venha a sofrer em decorrência de determinadas ações da atividade humana.

Quadro 12: Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente

Sub-categorias	Categoria: Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente						
	Fras-le	Lupatech	Marcopolo	Petenatti	Randon	RGE	Unicasa
Resíduos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Reciclagem	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Desenvolvimento de produtos ecológicos	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Impacto na área de terra utilizada	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
Tratamento de efluentes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Reutilização de água	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim

Reparos aos danos ambientais	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Adaptado de Rover, Murcia e Borba (2008)

Analisando o quadro 12, têm-se as seguintes informações:

a) Fras-le S/A

Com a eliminação do amianto da composição de seus produtos, a Fras-le passou a investir no desenvolvimento da linha de lonas de freio que aproveita matéria prima captada durante o processo de fabricação pela exaustão, que consiste na utilização de material reciclado durante o processo de produção, como matéria-prima, gerando uma economia de 22 mil toneladas de recursos naturais, que deixaram de ser utilizados, evitando assim, a geração de 22 mil toneladas de resíduos, representando a economia de R\$ 8 milhões com a aquisição de matéria-prima, comercialização de R\$ 74 milhões de peças produzidas tendo como matéria-prima o material reciclado, ocasionando o aumento de 30% no faturamento líquido, abertura de novos negócios (exportações) e aumento no número de empregos.

Em 2010, foram tratados 69 milhões de litros de água e destes, cerca de 25% foram reaproveitados. O resíduo proveniente desse sistema (lodo) passa pelo processo de compostagem que é o tratamento de resíduos orgânicos, mensalmente são 10 toneladas de lodo utilizadas posteriormente como adubo.

A água utilizada nos processos produtivos, 27% é reutilizada, o que permite que 55 mil litros diários de água deixem de ser retirados dos poços. A água é reaproveitada na preparação de produtos químicos e no sistema de lavagem de gases. A empresa consome diariamente em seu processo produtivo, 270 mil litros de água, proveniente de poços artesianos, após o uso o líquido é enviado para a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), saindo dali em condições de ser lançado em um rio sem provocar impacto ambiental. O resíduo não aproveitável é acondicionado adequadamente em aterro sem riscos ambientais.

Em momento algum a Fras-le fez menção aos impactos na área de terra utilizada e nos reparos a danos ambientais.

b) Lupatech S/A

A empresa conta com espaços construídos atendendo à legislação ambiental para o armazenamento temporário dos resíduos, chamados de Central de Resíduos. Esses espaços além de serem totalmente fechados, possuem piso impermeabilizado e sistema de contenção para líquidos, para evitar que possíveis vazamentos atinjam o solo na parte externa do mesmo. Possui um Programa de Reciclagem e Redução de Consumo de Papel, assim como o de Redução no Consumo de Água e Energia. A Lupatech também deu início à campanha “Copo só para Visitas”, visando à redução dos resíduos plásticos. Para a substituição dos copos descartáveis, cada colaborador recebeu uma caneca de louça com seu nome gravado. Com o *slogan* “Nossa consciência ambiental gera frutos”.

Dispõe de um Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos (SITEL), instalado na sede da empresa, em Caxias do Sul, viabiliza o tratamento de 100% dos efluentes industriais e sanitários.

A água da chuva é reaproveitada e chega a proporcionar uma economia de até seis mil litros por mês no período de maior precipitação pluviométrica. O sistema capta a água das calhas e armazena em três caixas de mil litros cada. A empresa também substituiu as folhas de papel brancas por material reciclado e, no Dia Mundial do Meio Ambiente, presenteou os colaboradores com mudas de plantas nativas. A empresa possui aterros devidamente licenciados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), para a disposição do resíduo gerado em maior quantidade no processo de micro fusão, a casca cerâmica classificada pela Norma Brasileira (NBR) 10004 como resíduo não perigoso.

Quanto ao desenvolvimento de produtos ecológicos e aos reparos aos danos ambientais a empresa Lupatech não fez nenhuma manifestação em seus relatórios.

c) Marcopolo S/A

A empresa possui um sistema de reciclagem com reuso, possibilitando a reciclagem anual de mais de 250 toneladas de papel de isolamento de pintura, esse processo permite reduzir em até quatro vezes o passivo ambiental além de recuperar um terço dos materiais que eram descartados. O processo tem início com a coleta dos resíduos, passando por uma unidade de processamento até chegar a Unidade de Tratamento de Resíduos própria, licenciada por órgão ambiental.

No desenvolvimento de produtos ecológicos, é apresentado o projeto do Viale BRT Híbrido é baseado na tendência internacional de pesquisa por alternativas que permitam a mobilidade veicular com preservação do meio ambiente.

O tratamento de efluentes da Marcopolo contempla os afluentes industriais e sanitários, houve também a ampliação da estação de tratamento de efluentes.

A empresa não manifestou-se em relação a impacto na área de terra utilizada, a reutilização de água e reparos a danos ambientais

d) Pettenati S/A Indústria Têxtil

A empresa propõe reutilizar, reduzir e reciclar os resíduos gerados na produção, as empresas que os recolhem atendem à legislação vigente e estão adequadas ao órgão fiscalizador FEPAM. Durante todos os seus processos, o consumo de água e de energia é gerenciado, buscando constantemente novos índices de redução do uso desses recursos naturais.

Antes de ser devolvida ao rio, a água utilizada na produção passa por um tratamento de efluentes, utilizando processos biológicos e naturais e atendendo, além das determinações da FEPAM, aos padrões mais rigorosos de limpeza e pureza da água.

A empresa não referiu-se em momento algum sobre a produção e desenvolvimento de produtos ecológicos e impactos na área de terra utilizada.

e) Randon S/A Implementos e Participações

A Randon Implementos contém uma equipe chamada Ecotime - produção mais limpa -, formada por integrantes das áreas de processo, produção, manutenção e meio ambiente, que visa aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, através da não geração, minimização ou reciclagem de resíduos gerados nos processos produtivos. A empresa não referiu-se em momento algum sobre a produção e desenvolvimento de produtos ecológicos e reparo aos danos ambientais.

f) Rio Grande Energia S/A

A empresa menciona diversos impactos ambientais, dentro eles podem ser citados a poda e o corte das árvores, os veículos, pois estes liberam partículas na atmosfera, consomem combustíveis e geram resíduos devido a sua manutenção. Os resíduos gerados sempre que possível são mandados para a reciclagem ou

reaproveitados em outras atividades. É mencionado também o consumo de recursos naturais, pois a empresa depende da extração de alguns recursos para que sua atividade seja realizada. Impactos indiretos oriundos das usinas hidrelétrica, térmica e nuclear, geradores eólicos e geração por energia solar.

Para minimizar os impactos causados por sua atividade, a RGE adota práticas de preservação como a contratação de empresas especializadas em meio ambiente, recolhimento do lixo gerado na sua atividade, transplantes de mudas de árvores, preservação de banhados e nascentes durante a abertura de acessos, nivelamento do solo em torno das torres, registro do número de árvores cortadas para planejamento de plantios compensatórios das árvores, imagens de satélite em projetos de linha de transmissão.

Em relação ao desenvolvimento de produtos ecológicos e ao tratamento de efluentes e a reutilização de água a empresa não fez menção.

g) Unicasa Indústria de Móveis S/A

A empresa evidencia que os resíduos são destinados para aterro licenciado, os panos são lavados e reutilizados, possuem recolhimento e armazenamento de pó/serragem garantindo que toda poeira gerada no processo produtivo seja estocada em local isolado e fechado.

Em relação aos efluentes, estes passam por tratamento físico, químico e biológico, sendo reaproveitados 100% do afluente tratado na fábrica, a empresa menciona também a adoção de práticas como o reaproveitamento de 100% da água utilizada em nossas fábricas; o reaproveitamento dos co-produtos gerados no processo produtivo, tais como a serragem, a madeira, o plástico e o papelão, que são utilizados por outros setores da economia; a substituição do óleo diesel pelo Gás Liquefeito de Petróleo (GLP); a utilização de embalagens feitas com plásticos recicláveis para transporte dos móveis por nós produzidos; e a utilização de matéria prima adquirida apenas de empresas certificadas pela ISO 14001.

Em relação ao desenvolvimento de produtos ecológicos e ao tratamento de efluentes e ao reparo aos danos ambientais a empresa não fez menção.

Analisando o quadro 12, percebe-se que as empresas Fras-le e Randon são as que mais evidenciam informações, pois das sete subcategorias descritas essas empresas relatam apenas cinco. Já as empresas Lupatech, Pettenati, RGE e Unicasa, mencionam quatro subcategorias, sendo que a de resíduos e a de

reciclagem são mencionados pelas mesmas empresas. A Marcopolo evidenciou apenas o tratamento de efluentes, não manifestando-se em nenhuma outra subcategoria descrita no quadro 12.

5.2.4 Informações financeiras ambientais

Quadro 13: Informações Financeiras Ambientais

Sub-categorias	Categoria: Informações Financeiras Ambientais						
	Fras-le	Lupatech	Marcopolo	Petenatti	Randon	RGE	Unicasa
Investimentos ambientais	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Custos e despesas ambientais	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Passivos ambientais	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Práticas Contábeis ambientais	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Adaptado pela autora de Rover, Murcia e Borba (2008)

Analisando o quadro 13, têm-se as seguintes informações:

a) Fras-le S/A

Para eliminar o consumo de tambores utilizados no acondicionamento de resíduos de sucata de pastilhas, a Fras-le investiu na compra de caçambas. Este investimento de R\$ 9,1 mil trouxe uma economia anual de R\$ 32 mil, que eram investidos na compra de tambores, reduziu também o impacto ambiental da geração deste resíduo.

A empresa investe também na criação de programas sociais e ambientais que desenvolvem a consciência ambiental de funcionários, fornecedores, comunidade, clientes e acionistas, dentre eles destacam-se o Programa Florescer, Viver de Bem com a Vida, Novos Caminhos, realização, de atividades de educação ambiental para público interno e externo, durante a semana que comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente e outros programas voltados à preservação ambiental. Não faz menção a custos, a passivos ambientais e às práticas contábeis ambientais.

b) Lupatech

A Lupatech desenvolve há três anos o projeto de educação ambiental “Sou consciente, cuidado do Meio Ambiente”, voltado para alunos da rede pública de ensino. A coleta seletiva e o reaproveitamento das matérias-primas são incentivados, assim como a conscientização para a necessidade de economizar os recursos naturais, por meio do Programa de Racionalização de Energia Lupatech.

Em consonância com a política de gestão ambiental da companhia está em andamento dentro do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Lupatech (CPDL) um projeto de pesquisa que visa o reaproveitamento da casca cerâmica moída pelos próprios processos de micro fusão em substituição de parte da matéria prima utilizada no processo de obtenção da casca cerâmica. Não faz menção a passivos ambientais nem às práticas contábeis ambientais.

c) Marcopolo S/A

Quanto aos investimentos existe a possibilidade da criação de uma nova linha especial de financiamento através do BNDES, denominado inicialmente de Finame Verde, que criaria condições mais vantajosas para os empresários renovarem a frota com motores novos, menos poluentes, menciona também que investe em proteção ambiental, mas não faz menção a valores nem a formas de investimento. Em nenhum momento a empresa refere-se a custos, passivos ambientais e práticas contábeis ambientais.

d) Pettenati S/A Indústria Têxtil

A Pettenati não faz menção a nenhuma das subcategorias descritas no quadro 13.

e) Randon Implementos e Participações S/A

A Randon Implementos participa de parte de um investimento no aprimoramento de processos da estação de tratamento de efluentes de uma empresa terceirizada, mas não faz menção a valores. Não refere-se a custos, passivos ambientais e práticas contábeis ambientais.

f) Rio Grande Energia S/A

A RGE cita em seu relatório da administração alguns indicadores ambientais referentes a investimentos relacionados com a produção da empresa e com programas e projetos externos, não menciona custos, passivos ambientais e práticas contábeis ambientais.

g) Unicasa Indústria de Móveis S/A

No ano de 2011, a Unicasa efetuou um investimento no valor de R\$ 652.848,00 em sistema de exaustão. No mesmo ano, obteve gastos de R\$ 14.127,00 na destinação final de resíduos perigosos em aterro licenciado e na incineração de resíduos e R\$ 13.519,00 na lavagem e reuso de panos e materiais contaminados com óleos e graxas. Não faz menção a passivos ambientais e às práticas contábeis ambientais.

Analisando o quadro 13, percebe-se que todas as empresas em estudo não fazem menção a passivos ambientais e nem as práticas contábeis ambientais. A única empresa da amostra que não evidenciou investimentos foi a Pettenati. Somente as empresas Lupatech e Unicasa mencionaram informações referentes a custos e despesas ambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho, verificou-se o quanto é importante que sejam evidenciadas as informações de natureza ambiental dentro das empresas, principalmente por parte daquelas que utilizam recursos naturais diretamente em suas atividades. Por outro lado, nota-se que as empresas possuem uma grande dificuldade de encontrar uma maneira adequada de evidenciar essas informações.

Embora no Brasil a divulgação de informações de cunho ambiental não seja obrigatória, com o intuito de demonstrar mais transparência e para satisfazer as necessidades da sociedade como um todo, algumas empresas utilizam-se de relatórios tradicionais como o Relatório da Administração, as Notas Explicativas os Relatórios Adicionais e até mesmo no próprio *site* das empresas sendo estes elaborados unicamente para divulgar esse tipo de informação, sendo de grande importância a contribuição da Contabilidade para a elaboração de ambos.

O estudo respondeu ao problema de pesquisa atingindo o objetivo geral de Verificar se as empresas da Serra Gaúcha listadas na BM&FBOVESPA Seguidoras das Práticas de Governança Corporativa evidenciam em seus relatórios e nas demonstrações contábeis informações de cunho ambiental.

A maioria das informações coletadas foram encontradas nos relatórios de sustentabilidade, nos relatórios da administração e nas páginas iniciais do *site* das empresas estudadas.

Os resultados alcançados indicam que apesar das empresas demonstrarem ter consciência de que a realização de suas atividades causa danos e geram consequências ao meio ambiente, geralmente divulgam algumas informações de forma descritiva, relatam certificações, práticas ambientais, investimentos, programas de educação ambiental, no entanto, pouca informação é evidenciada quando o termo utilizado refere-se aos reparos a danos ambientais, passivos ambientais e práticas contábeis adotadas.

Os profissionais contábeis, os órgãos reguladores da profissão contábil, entidades educacionais e de pesquisa devem estar atentos às novas preocupações e necessidades informativas dos *stakeholders*, pois, além de elementos econômicos, incorporam informações de natureza ambiental.

Diante disso, conclui-se que as empresas enfatizam sua imagem divulgando essas informações demonstrando um retrato positivo perante a sociedade. Entende-

se que evidenciar as informações ambientais é fundamental para as empresas, pois quanto maior o investimento em relação ao meio ambiente, maior será seu desenvolvimento econômico, pois buscam a valorização do mercado, seja com a intenção de amenizar os impactos ambientais ou por questão de *marketing*, para obterem vantagem em relação à concorrência.

O estudo limitou-se a analisar somente as empresas da Serra Gaúcha Seguidoras das Práticas de Governança Corporativa Listadas na BM&FBOVESPA. Recomenda-se, como sugestões para próximos estudos, ampliar a amostra estudada, considerando-se empresas com e sem as Práticas de Governança Corporativa, baseando-se na teoria de que a evidenciação é um dos pilares da Governança Corporativa e que quanto maior o nível de Governança mais a empresa deverá evidenciar.

Destaca-se que essa conclusão limita-se a este estudo em questão, sendo que os resultados não podem ser generalizados.

REFERÊNCIAS

- ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio, KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão Socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa**. São Paulo: Atlas, 2009.
- AQUINO, Wagner; SANTANA, Antônio Carlos de. **Evidenciação**: Caderno de Estudos; São Paulo: FINECAFI – USP, nº 05, 1992. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 28 set. 2012.
- BOLSA VERDE DO RIO DE JANEIRO – BVRIO. Disponível em: <<http://www.bvrrio.org/site/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2010.
- BM&F/BOVESPA. Disponível em: <<http://bovespa.com.br>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- BOFF, M. L. **Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidenciação ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Blumenau, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net>>. Acesso em: 03 set. 2012.
- BOFF, Marines Lucia; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. **Informações Recomendadas pelo Parecer de Orientação Nº 15/87 da CVM no Relatório da Administração de Empresas Familiares de Capital Aberto**. Disponível em: <<http://www.base.unisinos.br/pdf/73.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2012.
- BRASIL. **Lei Federal nº 6404/76**. Brasília: Congresso Nacional, 1976. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 08 out. 2012
- BUENO, Artur F. **Problemas de Disclosure no Brasil**: o caso das empresas com ações no exterior. Caderno de Estudos. São Paulo: FINECAFI, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio. **Mercado de Capitais**. 7. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2010.
- COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade**: abordagem contextual, histórica e gerencial. São Paulo: Atlas, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Conceitual Básico**: estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2008. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 16 out. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. **Resolução n. 1.003/04**: Aprova a NBC T 15 – Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília: CFC, 2004. Disponível em: <http://www.crcsp.org.brportal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1003.htm>. Acesso em: 28 out. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Parecer de Orientação nº 15, de 28 de dezembro de 1987**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Instrução nº 351 de 24 de abril de 2001**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Recomendações da CVM Sobre Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2012.

CUNHA, Patrícia Socorro da Costa; SOUZA, Romina Batista de Lucena; SOUZA, Palmira Leão de. **Análise do Setor Madeireiro de Roraima e sua Interação com a Contabilidade Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, v.9, nº 15, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs>>. Acesso em: 23 set. 2012.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. **A Dualidade Entre os Benefícios do *Disclosure* e a Relutância das Organizações em Aumentar o Grau de Evidenciação**. ENANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), Curitiba, 2004.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do Valor Adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 21 out. 2012.

DONG, M.; STETTLER, A. *Estimating Firm-level And Country Effects in Cross-Sectional Analyses: An Application of Hierarchical Modeling in Corporate Disclosure Studies*. **The International Journal of Accounting**, vol. 46, 2011. Disponível em: <<http://ideas.repec.org>>. Acesso em: 04 set. 2012.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. Contabilidade de Custos para a Gestão do Meio Ambiente. **Caderno de Estudos**. São Paulo, FIPECAFI, 1995.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). **Statements os Financial Accounting Concepts** (SFAC) 1, par. 54. Disponível em: <<http://www.fasb.org/home>>. Acesso em: 13 out. 2012.

FREIRE, Fátima de Souza, REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. Uma Descrição Sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro. In: SILVA, César Augusto Tibúrcio, FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). **Balanço social**: teoria e

prática. São Paulo: Atlas, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 21 out. 2012.

GALLON, A.V; BEUREN, I. M; HEIN, N. Evidenciação Contábil. Itens de Maior Divulgação nos Relatórios da Administração das Empresas Participantes dos Níveis de Governança Corporativa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**. V. 19, MG, 2008.

GESTÃO AMBIENTAL. Disponível em: <<http://gestaoambiental.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas 1999.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home/LanguageBar/PortugueseLanguagePage.m#Brasil>>. Acesso em: 22 out. 2012.

GONÇALVES, Odair; OTT, Ernani. **Pesquisa Sobre a Evidenciação Contábil nas Companhias de Capital Aberto com Atuação no Brasil**. In: IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Gramado, 2003.

GRAY, Rob; BEBBINGTON. **Accounting for the Environment**. Londres, 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2012.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL – IBRACON. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>>. Acesso em 22/09/2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE: **Balanco Social**. Disponível em: <www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> Acesso em: 09 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança Corporativa no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 30 set. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo, 6. ed. Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo, Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2007.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da Metodologia Científica: teoria da ciência e Iniciação à Pesquisa**. 21. ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 1992.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico**. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

LISBOA, Neto Hildefôncio. **Organização das Informações do Balanço Social em Instituição Financeira como Instrumento de Gestão de sua Responsabilidade Social**. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br>>. Acesso em: 21 out. 2012.

LOUZADA, Luiz Cláudio. **Fatores que influenciam a capacidade de geração, comunicação e informação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos42004/341.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012.

MAFRA, Mario A. F. **O Relatório da Administração: peça de informação ou de ficção?** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, RJ, 2001. Disponível em: <www.anpad.org.br>. Acesso em: 12 out. 2012.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Ecologia via Contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, 1994.

MUHL JUNIOR, Alziro José. **Contabilidade e Questões Ambientais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. RS – Porto Alegre, 2010.

NBC TG – **Estrutura Conceitual para a Elaboração das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://normasbrasileirasdecontabilidade.blogspot.com.br/artigos.htm>>. Acesso em: 30 set. 2012.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.teses.usp.br>. Acesso em: 07 out. 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança Corporativa na Prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, A. M. Informações: a busca da evidenciação ideal. **Caderno de Estudos**. São Paulo – FIECAFI – V.10, Nº 19, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 03 out. 2012.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo. Atlas, 2007.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo, Atlas, 2003.

PAULO, Edílson. **Comparação da estrutura conceitual da contabilidade financeira**: experiência brasileira, norte-americana e internacional. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/ Universidade Federal da Paraíba/ Universidade Federal de Pernambuco/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disp. em: www.unb.br/cca/mestrado/dissertacao/mest_dissert_007.pd. Acesso em 10/09/2012.

PIACENTINI, N. **Evidenciação Contábil Voluntária**: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2004. Disponível em: <<http://btd.unisinos.br>>. Acesso em: 13 out. 2012.

PINTO, Anacleto Laurino, RIBEIRO, Maisa de Souza. **Balço Social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina**. Revista Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n. 36, p.21-34, set./dez/ 2004.

PORTAL DE AUDITORIA. Disponível em: <<http://portaldeauditoria.com.br>>. Acesso em: 13 out. 2012.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <<http://portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em: 09 jun. 2012.

PROCIANOY, J. L.; ROCHA, C.F.P. **Disclosure das Cias Abertas**: um estudo exploratório do departamento de relações com investidores. ENANPAD, 2002. Disponível em: <www.anpad.org.br>. Acesso em: 13 out. 2012.

RAUPP, Elena Hahn. **Desenvolvimento Sustentável**: a contabilidade num contexto de responsabilidade social de cidadania e de meio ambiente. In: VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul – Anais. Gramado: CRCRS, 2001, p. 133-154. Disponível em: <<http://www.eumed.net>>. Acesso em: 21 out. 2012.

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, 2000. Disponível em: <http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd=88>. Acesso em: 20/09/2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo, Saraiva, 2010.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade e Meio Ambiente**. FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo – USP. Dissertação de Mestrado, 1992. Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br>>. Acesso em: 08 out. 2012.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo Saraiva, 2010.

RODRIGUES, José Antonio; MENDES, Gilmar de Melo. **Governança Corporativa: estratégia para geração de valor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

ROVER, Suliani. **Disclosure Ambiental de Empresas Potencialmente Poluidoras: características da informação ambiental e explicações para a divulgação voluntária no Brasil**, 2009. Disponível em:<<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92861/264079.pdf?sequence=1>>. Acesso em 18/09/2012.

ROVER, S.; MURCIA, F. D. e BORBA, J. A. **Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental**. II Congresso ANPCONT, 15 a 17 de Jun. 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

SIFFERT Filho, Nelson Fontes. Governança Corporativa: padrões internacionais e evidências empíricas no Brasil nos anos 90. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro. V.S, n. 9, p.123-46, Junho 1998. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

SILVA, M. B.; GRIGOLO, T. M. Metodologia para Iniciação Científica à Prática da Pesquisa e da Extensão II. **Caderno Pedagógico**. Santa Catarina, 2002.

SILVA, B. A. da. **Contabilidade e Meio Ambiente: considerações teóricas e práticas sobre o controle dos gastos ambientais**. São Paulo. Annablume/Fapesp, 2003.

SILVA, André Luiz Carvalhal da. **Governança corporativa e decisões financeiras no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas empresas**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, B. G. da. C. **Contabilidade Ambiental**. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVEIRA, Douglas da; BORBA, José Alonso. Demonstrações Financeiras das Fundações de Apoio à Universidade Federal de Santa Catarina: uma análise preliminar. **Revista FACEF**. Franca, 2007. Disponível em: <<http://www.facef.br>>. Acesso em: 20 set. 2012.

SIMONSEN REVISTA DIGITAL. **Evidenciação (Disclosure)**: o produto final da ciência contábil. Disponível em: <<http://www.simonsen.br/revistadigital/index.php/revista-digital/1..>>. Acesso em: 08 out. 2012.

SOUZA, Ângela Rosane Leal de. **Evidenciação de Informações Ambientais nos Relatórios Financeiros**: um estudo comparativo entre as normas nos âmbitos internacional (ISAR/UNCTAD), norte-americano e brasileiro. In: 48º Congresso Sober – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande – MS, 2010.

SOUZA, A.A.; AVELAR, E.A.; BOINA, T.M.; RODRIGUES, L.T. (2008): Ensino da Contabilidade Gerencial: Estudo dos Cursos de Ciências Contábeis das Melhores Universidades Brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 2008.

SOUZA, A; AVELAR, E.A.; BOINA, T. M. Gestão de Custos e Formação de Preços. **Revista de Informação Contábeis**. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/ricontabeis>>. Acesso em: 30 set. 2012.

TEIXEIRA, A. C. C.; FORTUNATO, G.; AQUINO, A. C. B. **Relação entre transparência e o valor de mercado das empresas brasileiras de capital aberto**. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.